

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
HABILITAÇÃO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDRÉ SILVA NECTOUX

**Eles falam com a gente, mas fica só na conversa: burocracia, indiferença e os impactos da gestão da obra da Nova Ponte do Guaíba na Ilha Grande dos Marinheiros.**

Porto Alegre – RS  
2017

André Silva Nectoux

Eles falam com a gente, mas fica só na conversa: burocracia, indiferença e os impactos da gestão da obra da Nova Ponte do Guaíba na Ilha Grande dos Marinheiros.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Porto Alegre – RS  
2017

BANCA EXAMINADORA

Jean Segata

---

Vanessa Marx

---

Orientador  
José Carlos Gomes Dos Anjos

---

## RESUMO

A presente pesquisa é um relato do percurso etnográfico empreendido que teve como objetivo a análise de percepções de moradores da Ilha Grande dos Marinheiros impactados pela construção da nova ponte do Guaíba, na cidade de Porto Alegre – RS. O intuito foi buscar uma análise contingencial das experiências de alguns moradores residentes da região acerca da gestão do território da ilha, procedimentos burocráticos os quais estão submetidos e como essas ações têm afetado o cotidiano e as vidas desses moradores. Tendo como elementos de análise as formas *biopolíticas* de gestão do espaço urbano e a burocracia como um sistema ideológico constituinte de redes de identificação, (des)informação e um sistema *cosmológico* do Estado moderno, o que se procurou foi uma antropologia urbana e política de mais um incidente de remoções urbanas que ocorre nesta cidade. O percurso do pesquisador também é elemento chave na formação dos relatos que ecoam dentro do universo político deste episódio.

Palavras chave: cidade, planejamento urbano, burocracia, biopolítica, identidade, indiferença.

## ABSTRACT

The present research is a narrative of an ethnographic course that had the objective of analysis the perceptions of the residents of the Ilha Grande dos Marinheiros impacted by the construction of the new Guaíba bridge, in the city of Porto Alegre – RS. The intent was an contingency search analysis from the experiences of some residents from the island area about the managements of the island territory, bureaucratic procedures from which they are submitted and how these actions have affected the daily life of these residents. Having analysis elements like *biopolitical* forms of urban spaces managements and the bureaucratic as a ideological system component of identifications networks, (des)information and an *cosmological* system from the modern Estate, what was seek was an urban and political anthropology of another chapter from the urban removals in this city. The researcher course was too an key element in the formation of the narratives that echo inside the political universe of this incident.

Key-words: city, urban planning, bureaucracy, biopolitics, identity, indifference.

*Dedicado aos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros e aos meus familiares*

## AGRADECIMENTOS

Dedico minhas palavras de agradecimento a toda minha família, em especial meus pais, meu irmão e minhas avós, os quais me ajudaram e estiveram presentes como a energia motriz das minhas trajetórias em busca do que me trás alegria. A meus amigos, em especial Pedro, Lorenzo e Fernanda, os quais mantêm viva a poesia nos dias bem como a vida política das amizades verdadeiras, as quais nos dão mais fôlego para vencermos os desafios.

Também gostaria de agradecer minha supervisora, chefe e amiga Laura Zacher, socióloga do setor de sociologia da Defensoria Pública da União – RS, a qual sem a sua confiança no trabalho que realizo junto a esta instituição, meu percurso dentro desta graduação bem como oportunidades profissionais não teriam a amplitude que assumiram como no presente momento. Assim como meu acesso e elaboração de todo este tema de pesquisa e referências provavelmente não teria sido possível. Faço meu agradecimento também às equipes do setor de sociologia com as quais pude conviver e trabalhar, grupos que sempre estiveram comprometidos com a união da equipe para desenvolver e resolver as questões que se apresentavam em nosso cotidiano de trabalho e que são responsáveis por meu aprendizado também.

Por fim agradeço a meu orientador, professor José Carlos Gomes dos Anjos, a quem sempre tive admiração pelo seu trabalho como educador e pesquisador, e que trás em suas reflexões a contundência política de uma produção intelectual realmente direcionada a causar a provocação e agitação tão necessárias ao campo das Ciências Sociais nos últimos anos. Sou grato pela paciência e disposição para me auxiliar junto a este meu trabalho.

*“O rosto é o ser irreparavelmente exposto do homem e, ao mesmo tempo, o seu permanecer oculto precisamente nessa abertura. E o rosto é o único lugar da comunidade, a única cidade possível. Pois aquilo que, em cada indivíduo singular, abre para o político é a tragicomédia da verdade na qual ele já sempre cai e para a qual deve encontrar uma solução.”*

Giorgio Agamben  
O rosto, 2015, p.87

## LISTA DE SIGLAS

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPU – Defensoria Pública da União

IGM – Ilha Grande dos Marinheiros

## LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 - Mapa com destaque em vermelho o traçado da nova ponte.....	23
FIGURA 2 - Mapa com as rodovias federais que percorrem o estado do RS.....	24
FIGURA 3 - Área de abrangência prevista para a ponte.....	26
FIGURA 4 - Áreas previstas para desapropriação.....	26

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PERCURSOS DO URBANO.....	14
1.1. DESENVOLVIMENTISMO E SEGREGAÇÃO URBANA.....	16
2. IGM.....	22
2.1. O PROJETO DA NOVA PONTE.....	24
3. PERCURSO, AMBIENTE E RELATOS.....	27
4. POLÍTICAS DO ESPAÇO E DA INFORMAÇÃO.....	50
4.1. CIDADE COMO UM CAMPO DE FORÇAS.....	51
4.2. INDIFERENÇA, IDENTIFICAÇÃO E BUROCRACIA.....	54
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

## Introdução

Durante meu percurso dentro da graduação meu interesse tendeu a se voltar ao espaço do qual habito e transito diariamente, bem como estabeleci todos meus laços e onde de minha vida se desenrola até o presente momento. A cidade é capaz de comportar tantos fluxos simultâneos e a qual instiga por sua complexidade, em constituir uma trama – a ideia de estar inserido em algo que é muito maior e repleto de histórias. Sendo assim meu interesse em tratar sobre a cidade bem como uma ideia de “urbanidade”, ou *vida urbana*, sempre esteve presente em meu percurso acadêmico e como objetivo na formação de uma pesquisa.

Foi no final de 2015 que fui selecionado e tive a oportunidade de começar um estágio na Defensoria Pública da União, sede de Porto Alegre e, junto ao setor de sociologia deste órgão, estabelecer vínculos e desenvolver um aprendizado mais prático junto à bagagem teórica da universidade. Neste estágio pude lidar com o campo do jurídico, seus ritos e linguagens, bem como tratar de questões mais contingentes e específicas do campo “extrajudicial” - em que me exigiram um trabalho individual e de formação pessoal intensa, das mais diversas realidades de vidas e situações complexas as quais dramas reais se apresentavam diante dos relatos diários, assim como muita potência nas mais diversas formas de viver.

Devido ao meu desejo estudar as questões do urbano, bem como as dinâmicas políticas das cidades, acabei designado para além de outras áreas a trabalhar nos processos relacionados à moradia, ocupações urbanas e também certos conflitos ocorridos em condomínios do programa Minha Casa Minha Vida. Em minha trajetória de estágio acabei me aproximado da questão do processo de remoção dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros e toda formação do Grupo de Trabalho Nova Ponte do Guaíba da DPU. Neste período reuni e estudei a bibliografia a respeito de outros estudos na área de impacto social e ambiental de grandes obras no território brasileiro, acerca de casos específicos em outras regiões, desenvolvidos por outros pesquisadores. Assim como foi necessário estudar um perfil mais amplo sobre o contexto socioeconômico da IGM para, em meu trabalho junto a defensoria, planejando uma postura de atuação para com essas pessoas em um contexto de entender suas demandas práticas para dar um subsídio ao conteúdo

que virá a ser utilizado nas audiências públicas na Justiça Federal e o pleito do direito a contrapartidas que vão de encontro ao interesse dos impactados.

Em meu trajeto de pesquisa os diversos locais dos quais pude fazer parte e diálogos que pude estabelecer me proporcionaram não apenas diversas perspectivas de entendimento para com o tema que tinha objetivo abordar, mas também como epistemologicamente esse caminho foi a energia motriz para aguçar os sentidos e explorar as definições, métodos e singularidades de uma pesquisa em campo. Através do método etnográfico, envolvendo a observação participante em reuniões e incursões a IGM, entrevistas em formato livre, do qual proporcionaram ao acaso do momento o bem como fluxo de pessoas fizesse conduzir o envolvimento para com o tema e o diálogo fosse feito ao tempo mais informal.

De fato minha posição híbrida de estagiário-pesquisador exigiu uma certa postura de esclarecimentos, os quais acabaram por se demonstrar não tão necessários por parte de uma receptividade muito frequente das pessoas com quem falei e pude interpelar sobre o assunto. E devido a toda essa mescla de sentidos e sentimentos, a sensibilidade bem como a mobilização dos conceitos me fez empreender nesta pesquisa uma maneira de para além do tema e das perspectivas de meus interlocutores/narradores, uma apresentação do próprio percurso de um pesquisador – se fazemos parte da rede, e ao pesquisar, adentramos em outras, que a pesquisa se faça também como uma forma de dialética de entendimento sobre determinado tema, mas também do próprio *fazer* da pesquisa. A pesquisa de campo e a mobilização teórica como uma aventura criativa e epistemológica conduzida pela proposta ética de se elaborar uma reflexão sobre uma determinada *realidade*.

Durante o terceiro capítulo, foi a partir do entendimento da pesquisa como um percurso-trajetória, que decidia denominar os três “episódios” que separei de meus diários e entrevistas de campo de Cenas. O motivo foi devido à questão de debate em torno de como se daria uma exposição dos dados de campo que por mim foram registrados de forma fragmentária, em “cenas”, das quais pude tanto presenciar quanto participar e, de certa forma, a pesquisa em si ser um momento de *decupagem* em que minhas memórias foram mobilizadas, assim como meu diário e

gravações. Sendo estes momentos partes de um passado, retalhos de encontros específicos, os quais tive que costurar e conformar uma trama, de certa forma é como Roy Wagner nos fala que a cultura se faz no “contato” – quando se imergir em locais, falas, conceitos, literatura e tantos outros elementos, somos convidados a se colocar e entender tanto o percurso do *outro* como quanto o nosso, conjugando isso em uma nova forma, a cultura que se faz no contato, o encontro dos diversos *devires*. Se o que existem são empreendimentos *maquínicos* do desejo (DELEUZE, 1995) e com isso as articulação fragmentárias de um todo dos seres e coisas no mundo, uma proposta de pesquisa se faz como uma empreitada poética de absorção e amadurecimento de uma interpretação.

Por fim, esta monografia se pretende como uma forma de registrar e compreender os efeitos de uma postura vertical com que os órgãos públicos promovem uma ideia hegemônica de cidade, entrando em conflito com vidas que se encontram no caminho de seus empreendimentos. Compreender como essa iminência da ponte e a inscrição das vidas desses moradores na “gramática” de um universo burocrático do Estado se constitui como uma forma de agência de poder sobre corpos, vidas e que de alguma maneira conforma recalcitrâncias e novas dinâmicas dentro desta ilha. Procurei, através dos dados produzidos, entender como no cotidiano essas políticas urbanísticas, planejamentos e gestão das cidades tem impacto direto na vida de pessoas. Como os vínculos que se estabelecem com o local em que se reside entram em conflito com os interesses e sistemas burocráticos que insistem na protocolização da vida. Esse conflito esta longe de terminar - as remoções ainda não ocorreram e a obra, no presente momento, se encontra embargada por motivos orçamentários tendo sua previsão para término no ano de 2019.

## 1. Percursos do urbano

Provocado pelo processo de mudança nos rumos da produção agrícola bem como um aumento demográfico da população nas capitais a partir do século XIX que se tem início a um processo intensivo do êxodo rural, fenômeno esse o qual Milton Santos (1993) caracterizará como o movimento marcante do início da urbanização no território brasileiro. A ascensão de uma classe burguesa detentora de um capital financeiro e social influenciada pelas perspectivas europeias de modernidade começam se dirigir as capitais, centros de confluência da cultura importada, grandes mercados e local em que as classes mais ricas concentravam-se nas sedes do poder público. O urbano passa a ser concebido dialeticamente sobre e pelo aspecto das classes que convergem-no em uma espaço constituído de diversos fluxos e interesses econômicos atrelados aos novos anseios dos “tempos modernos”.

Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção de café, o Estado de São Paulo se torna o polo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. (SANTOS, 1993, p.26)

Marcado pela ideologia da modernidade e de um capitalismo industrial desenvolvido tardiamente no país, os anos após 1945 configuram uma aumento demográfico da população do campo que migra para os centros político-econômicos das cidades, principalmente nas capitais onde a relevância como polo das decisões políticas se encontrava e os investimentos de uma classe burguesa, detentora dos meios de produção para a industrialização, iam se direcionando. Dentro deste panorama da industrialização e uma “urbanização pretérita” (SANTOS, 1993) que vemos uma nova configuração do espaço urbano e, com a “modernidade”, o saber técnico começa a redesenhar e confluir novas relações, novos *níveis de realidade* (LEFEBVRE, 2008) tornando o urbano uma malha de fluxos desses *níveis* e complexificando uma nova forma de vivência a partir dos fluxos na cidade e sob uma nova econômica pautada pela indústria e formação de uma classe trabalhadora.

Ela (a cidade) tem um código de funcionamento centrado ao redor de instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e seus problemas, com seus canais de informação, suas redes, seus poderes de decisão. Sobre este plano se projeta a estrutura social, fato que não exclui os fenômenos próprios à cidade, a uma determinada cidade, e as mais diversas manifestações da vida urbana. . (LEFEBVRE, 2008, p. 66)

O saber técnico racional de engenheiros e urbanistas conduz a formação das cidades sobre a ideologia do moderno, assim a concepção de planejamentos urbanos no Brasil acaba por ser conduzida pelo discurso de uma burguesia em ascensão. As instituições do estado começam a pautar como essas cidades devem ser constituídas, contudo, essas ideias do espaço a ser ocupado tenderão a serem desiguais em sua distribuição bem como a proximidade com os fluxos de mercadorias, principais atividades econômicas e intelectuais ficará restrita as classes mais ricas. Ermínia Maricato nos chama a atenção para o paradigma das cidades brasileiras em que a exclusão urbana e o desenho destes espaços acabam por conjugar ideias modernas com configurações pré-modernas de cidade. Seria o que ela chamou, se utilizando de uma frase proferida por Francisco de Oliveira, “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” explorando a mecânica do planejamento e regulação urbanística que não tem comprometimento com a realidade concreta.

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. (MARICATO, 2000, p.122)

Esse processo de industrialização acaba por redefinir as demandas do mercado nacional bem como a divisão social do trabalho presente até então no país. A cidade passa a configurar novas demandas ao campo, como a massiva demanda de mão de obra operária para trabalho nas indústrias.

O consumo produtivo rural não se adapta as cidades, mas, ao contrário, as adapta. Essas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado a necessidade de encontrar, no lugar na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. (SANTOS, 1993, p.56)

Durante o período que se inicia no ano de 1945 a intensificação do deslocamento para os centros urbanos provoca novas configurações das cidades brasileiras, o empreendimento moderno de realizações urbanísticas bem como uma visão técnica e racionalista de um Estado moderno que configuram uma nova forma de habitação desse espaço a ser ocupado por diferentes grupos sociais. Santos (1993) já trazia a importância de atentar-se para a especificidade regional de cada processo de urbanização, seu processo histórico e formas como se desenvolveu a industrialização e a nova divisão do trabalho nestes locais, residindo nisto um elemento fundamental para que se possa entender o povoamento heterogêneo das cidades, bem como a divisão social do espaço urbano.

A partir desta época é que temos um registro de um maior povoamento da cidade de Porto Alegre bem como das ilhas do bairro Arquipélago por uma população majoritariamente composta por pescadores, operários, trabalhadores navais, alguns vindos do interior do estado do Rio Grande do Sul para a capital. Apesar de este movimento ter seu início há alguns anos é através dessa cronologia que podemos entender a ocupação contemporânea do espaço dessa ilha dentro do contexto de uma divisão social do espaço (SANTOS, 1993).

### **1.1. Desenvolvimentismo e segregação urbana**

O planejamento urbano brasileiro tem sido um constante processo que podemos analisar sobre o prisma de um paradigma de ideias modernas e pré-modernas de formações das cidades. Com as ideias burguesas racionalistas e funcionalistas vemos ao longo da história uma constância de fenômenos como a exclusão urbana das classes mais pobres e, muitas vezes, trabalhadores dos setores da indústria e serviços.

Desde os anos da gestão do presidente Getúlio Vargas e a ascensão do modelo de produção industrial no Brasil as ideias da modernidade pautaram o discurso do “desenvolvimento” como objetivo a ser alcançado em seus mais diversos âmbitos: econômico, social, trabalhista e etc. A implicação de planejamentos técnicos prévios e um fortalecimento de uma classe intelectual acadêmica de especialistas provocou formas de gestão em todos aspectos da vida social. O saber

técnico-científico sob a égide do racionalismo compõe a ideologia norteadora de uma gestão dos espaços urbanos, a cidade é escrita por determinadas linguagens, regrada por certas gramáticas. É o que constituirá toda uma ideia de *planejamento urbano*, bem como uma *ideia de cidade*, pois o empreendimento imaginado por poucos – uma burguesia urbana, acadêmica e detentora dos espaços públicos de decisão – terá sua concepção infligida na realidade dos habitantes deste espaço.

Essa construção da ideia de cidade e sua gestão procuraram estabelecer um espaço “formal” em que um conjunto de leis e regras, assim como um aparato institucional, constitui o espaço como uma forma passível de ordenamento, de manuseio pré-material desses fluxos em que a vida transcorre fora do papel. Contudo, há uma semântica envolvida nesses planejamentos: Planos diretores, Secretarias Municipais e Estaduais de Habitação, Leis – são instrumentos os quais uma parcela pequena da população tem acesso e são as redes institucionais as quais o “desenho” da cidade se pretende conformar. Existe uma agência de poder intrínseca ao planejamento urbano, pois a cidade é obra de uma história bem como o uso de uma linguagem, a cidade é escrita, isto é, envolve trajetórias de pessoas e de grupos bem determinados que realizem esta obra em determinadas condições históricas sob determinadas gramáticas, nos mais diferentes contextos e de alguma maneira a cidade apodera-se das significações políticas, religiosas, e demais elementos que constituem a cultura dos campos dos *urbanos*, sendo isso refletido em seu extremo na própria arquitetura e disposição dos espaços há se habitar-transitar-viver (LEFEBVRE, 2008).

Procurar entender a cidade é também entender sua genealogia em forma de campo em que estão colocadas não apenas pessoas, corpos que habitam e transitam, mas também relações de poder que configuram ordenamentos e normatividades da vida neste espaço. Michel Foucault procurou em seus estudos entender os caminhos discursivos e mecânicos do poder.

Trata-se de apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar; ou seja: tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em consequência, mais além dessas regras, investe-se em instituições, consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos

de intervenção materiais, eventualmente até violentos. (FOUCAULT, 1999, p.32)

A constituição de grupos técnicos de gestores, conjugados assim conforme interesse das instituições do poder público, são responsáveis pela distribuição e formações de um saber urbano que afeta os corpos habitantes da cidade. É a partir dos anos de 1930 que uma burguesia urbana consolida sua hegemonia no papel de gestão técnico-racional das cidades brasileiras. A eficiência como argumento adjacente ao desenvolvimentismo industrial pauta os orçamentos públicos e dita as diretrizes de projetos de urbanização, ao mesmo tempo, as gestões demonstraram cada vez mais um distanciamento com a realidade social que as cidades brasileiras apresentam e as ideias modernas acabam por mascarar suas raízes, baseadas em práticas pré-modernas do período colonial.

Esse aparente descolamento das ideias norteadoras da gestão das cidades das realidades sociais se acirra no período do regime militar em que os planejamentos e empreendimentos concebidos pela égide do “desenvolvimentismo” acentuam a segregação social dos espaços e pouco se procurou ouvir das reais demandas que as populações periféricas, ou o que podemos chamar de “cidade informal”, demonstrava deficiências infraestruturais de habitação. O avanço como imagem-sinônimo de grandes feitos de engenharia e massivas construções sob a égide de grandes cifras as quais conjugavam os investimentos de consórcios e dinheiro dos cofres públicos se mostrou na prática, em sua maioria dos casos, episódios de remoção, expulsão compulsória, extinção de bairros e vilas inteiras, muitas vezes transcorridas de forma violenta e sem a reparação conforme o prometido nas explanações e reuniões com as comunidades atingidas. A burocracia como a ideologia imperativa da logística em que se enredam essas populações normalmente causa mais complicações do que organização da situação como um todo.

Sob o discurso do desenvolvimento que se perpetuou na cultura dos gestores públicos brasileiros é que vemos o intenso desenvolvimento, velado se assim podemos classificar, de duas cidades: de um lado a cidade formal, regida por planos diretores, secretarias municipais e estaduais de habitação, responsáveis técnicos, projetistas e gestores públicos que formalizam e definem as necessidades

estruturais para que o fluxo do capital faça a “engrenagem girar” com maior rentabilidade; e do outro, um grande contingente populacional periférico e segregado dos centros das decisões políticas e econômicas, restritos a *não lugares* em que a regularização fundiária e o direito a propriedade trazidos pelo aparato burocrático do sistema de registro de propriedade ainda não chegou, por sua falta de interesse para com as populações pobres e marginalizadas territorialmente, assim como economicamente.

Foi a partir dos anos 1980 e a nova Constituinte de 1988 que a ótica do planejamento urbano e todo aparato institucional acadêmico e estatal consolidam seu prestígio. A elaboração de planos diretores das cidades bem como a criação de órgãos públicos municipais de planejamento adquire maior legitimação, contudo a postura permanece a do discurso pretensamente técnico em que ao mesmo tempo que a necessidade de se estruturar as diversas partes da cidade em um contexto de massiva quantidade de ocupações irregulares do espaço, a real aplicação e fiscalização dos projetos urbanísticos não confirma o que as normativas previam. Aliado a isso o contexto econômico do país se encontra em um abismo entre classes o que configura acessos diferentes a propriedade sobre a terra bem como a serviços básicos como educação e saúde, sendo este acesso restritivo presente na forma espacial com que as diferentes classes se dispõem na malha urbana e o mercado imobiliário, que é um dos grandes responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas de infraestruturas e regularizações fundiárias na dinâmica urbana.

Uma quantidade inédita de Planos Diretores foi elaborada no período. Escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram. Alibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução para o "caos urbano" e o "crescimento descontrolado". Essas ideias dissimulavam os conflitos e os reais motores desse "caos". A maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. (MARICATO, 2000, p.139)

No ano de 2007 o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o empreendimento do programa de grandes obras de infraestrutura, o PAC, foi responsável pela implementação de diversos projetos de alterações estruturais em pontos específicos do território brasileiro. Mais recentemente com o Brasil tendo sido escolhido como país sede da copa do mundo do ano de 2014 foi como um evento crítico para o fortalecimento de uma ideia de desenvolvimento em âmbitos sociais

(principalmente materiais) para que o país correspondesse às expectativas tão alimentadas na época em que fora anunciado na escolha da FIFA como país a hospedar o grande evento do futebol mundial.

Casos como o da Vila Dique (WOBETO, 2014) demonstram como o planejamento urbano, como aborda Ermínia Maricato, de fato são ideias que não condizem com a realidade. Uma comunidade inteira atingida pelos empreendimentos destinados para a Copa do Mundo de 2014, fez com que milhares de famílias fossem desalojadas de forma caótica e violenta por parte dos órgãos públicos responsáveis pela implementação das várias etapas da obra<sup>1</sup>. O discurso do desenvolvimento atravessa vidas e dinâmicas das mais variadas e o “planejamento” se torna um processo verticalizado em que todos laços estabelecidos entre os habitantes da vila, suas afetividades, atividades de lazer e trabalhos, planos de vida se tornem abruptamente alterados e modificados.

A ideologia funcionalista do planejamento urbano tem, conforme nos expõe Maricato, demonstrado a postura historicamente constituída da configuração e gestão dos espaços urbanos no Brasil que a partir do ano de 1930 tem o fortalecimento do conhecimento técnico-científico como a única “fonte” responsável nas decisões e planejamentos. É através da retórica das ideias do modernismo que as cidades brasileiras terão, em seus gestores, a expressão de um ideário burguês que configurará uma desigualdade material dos espaços que se habitam na cidade. Nesta narrativa pouco se vê uma expressiva mudança do período colonial e agrário para a era da industrialização e urbanização – a legitimação pelo movimento ideológico das classes dominantes em direção ao “desenvolvimento” através das ideias racionais, modernas, importadas do continente europeu, vem mascarar processos de embelezamento, fortalecimento de um mercado imobiliário e intensificar uma segregação social através dos espaços mais bem estruturados em termos de condições mínimas para habitação.

Esses planos se referiam especialmente ao melhoramento e ao embelezamento das cidades. As elites tinham um projeto urbano. Muitos deles foram executados por diversos e sucessivos governos, o que seria impensável atualmente, quando cada governo busca sua "marca" e ignora

---

<sup>1</sup> <https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>

qualquer linha de continuidade, com exceção dos casos de eleição de sucessores indicados. Até mesmo nas décadas de 1930 e 1940, ainda é possível ver a implantação de planos de embelezamento, acompanhados da preocupação com a infraestrutura urbana, em especial, circulação e saneamento. Como lembra Villaça, *foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro.*(MARICATO, 2000, p.137)

O aparato institucional para a aplicabilidade dessas ideias racionalistas de uma burguesia intelectual e responsável pela gestão das cidades se dá pelo fortalecimento e crença que, sob a alçada do moderno, todo o aparato burocrático do estado e suas linguagens técnicas, e pretensamente imparciais, são o caminho para o desenvolvimento. Contudo é através dessa *semântica* institucional que reside os reais interesses dos gestores, ao que Foucault trouxe como uma de suas contribuições para entendermos o que está por trás de uma retórica institucional do poder estatal e quais são os caminhos do poder, o fluxo de sujeição do indivíduo diante a máquina impessoal da figura do estado moderno. É na formação de secretarias especializadas na área urbana, planos diretores e demais órgãos que toda uma ideologia sobre como a cidade deve ser concebida: “ele se transforma no plano-discurso, no plano que esconde ao invés de mostrar.” (MARICATO, 2000)

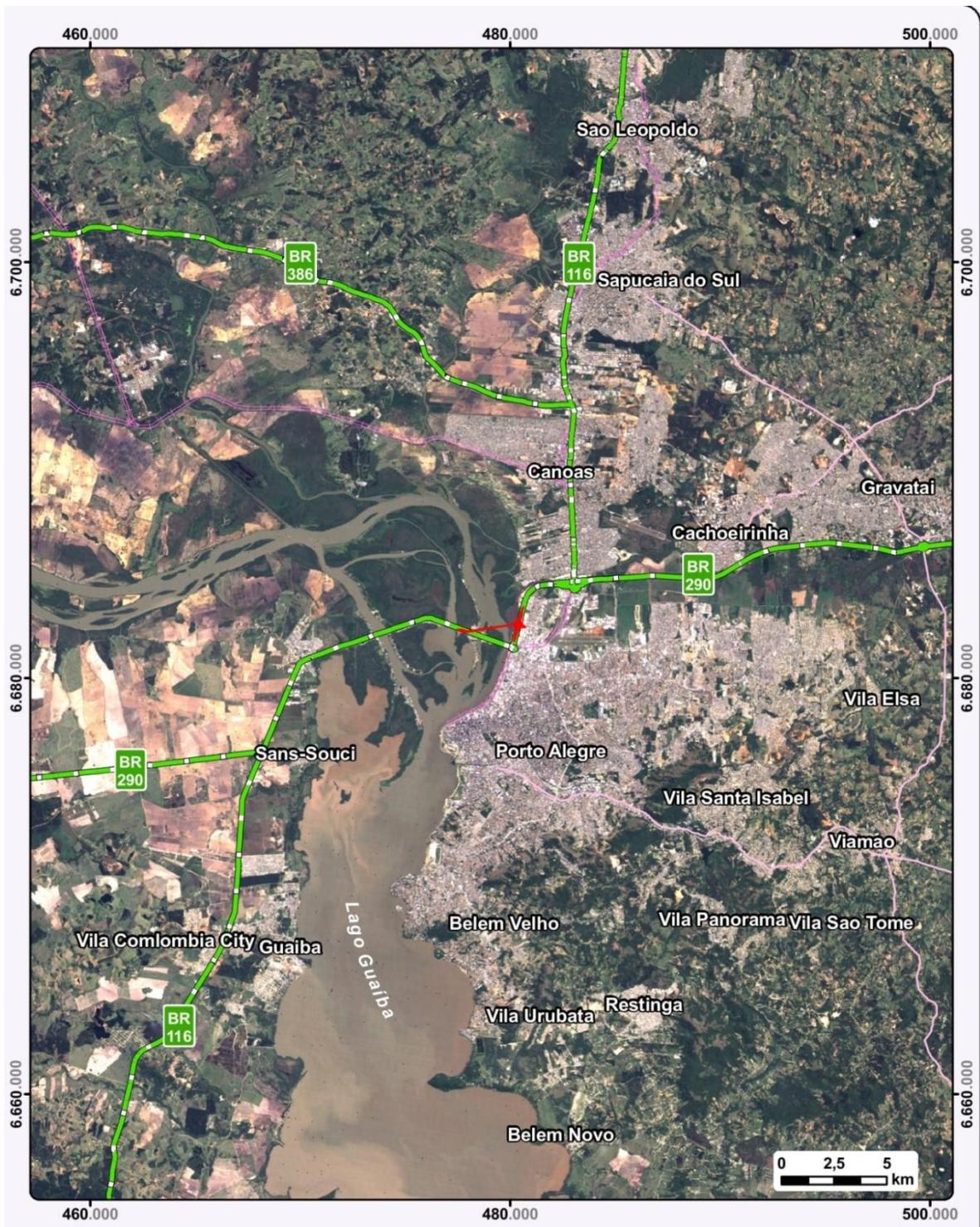
## 2. IGM

A Ilha Grande dos Marinheiros é uma das dezesseis ilhas que integram o bairro Arquipélago, localizado na cidade de Porto Alegre, e que são circundadas pelas águas dos rios Caí, Jacuí, dos Sinos e Guaíba. Junto a Ilha dos Marinheiros há mais três ilhas que compõem os territórios mais povoados deste bairro, são elas: Ilha do Pavão, Ilha das Flores e Ilha da Pintada.

O povoamento dessas ilhas se insere dentro do processo de desenvolvimento da cidade de Porto Alegre e seus processos de urbanização gradual ao longo dos anos. É sabido que a atividade humana no arquipélago data desde os anos 1600, e muito antes dos registros possíveis, por uma população indígena nativa da região em que se encontra o território de toda cidade de Porto Alegre e que ao longo dos processos de colonização e movimentos migratórios culminará por volta dos anos de 1820, com uma crescente atividade pesqueira na região dessas ilhas, o início de um “novo” povoamento deste território por imigrantes vindos para a região.

Com a intensificação do aumento demográfico dos centros urbanos no início da industrialização das cidades brasileiras e com isso um agravamento da divisão social dos espaços da cidade a formação de bairros proletários e de uma população trabalhadora da indústria bem como nos portos e atividades pesqueiras conforma a inauguração de alguns bairros periféricos ao centro de Porto Alegre. Nesse fluxo que se insere a formação e ocupação do espaço hoje conhecido como o bairro Arquipélago.

Figura 1: Mapa com destaque as grandes estradas e em vermelho o traçado da nova ponte



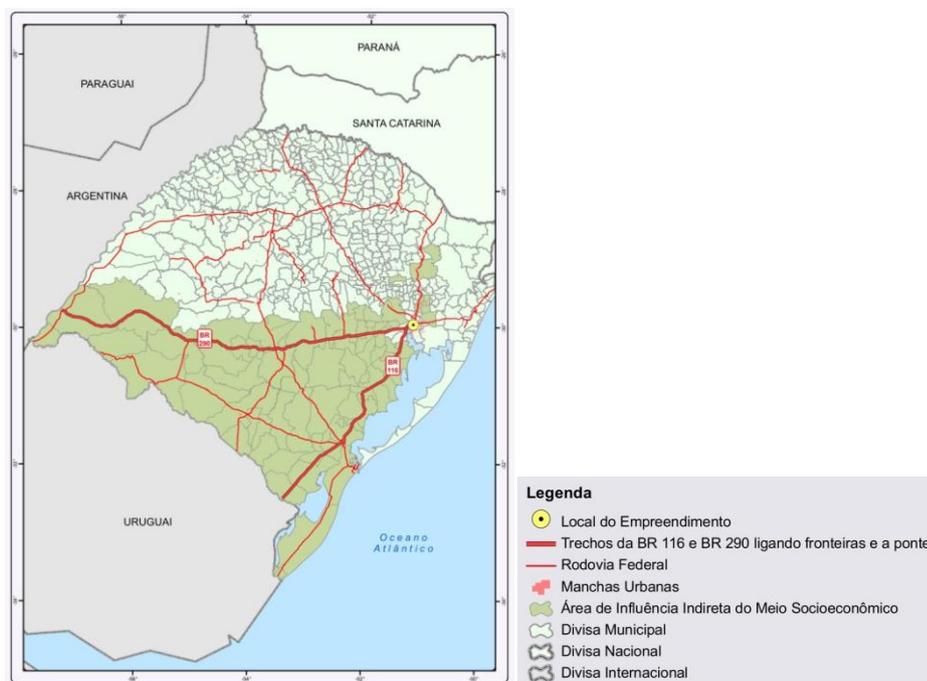
Fonte: Polar Meio Ambiente, 2011; Concepa, 2010; UFRGS, 2010; DSG, 1977

## 2.1. O projeto da nova ponte

O empreendimento da construção de uma nova ponte sobre o rio Guaíba se insere dentro da agenda do Programa de Aceleração de Crescimento, o PAC, criado pelo Governo Federal no ano de 2007 com o intuito de realizar grandes obras de infraestrutura social, urbana, energética e logística do país. A nova ponte é tida como um dos principais empreendimentos, que tem como responsáveis o Ministério das Cidades juntamente ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Para a realização desta construção foi formado um consórcio entre as empresas Queiroz Galvão Engenharia e EGT Engenharia, responsáveis pela execução desta obra que terá uma extensão de 12,3 quilômetros e 27 metros de largura, interligando a cidade de Porto Alegre ao sul do estado por meio de uma travessia sobre o Delta do Jacuí. Com um orçamento previsto de R\$900.000.000,00<sup>2</sup> a obra tem como intuito uma maior vazão de carros bem como o fluxo de mercadorias, muitas delas em direção ao porto localizado na cidade de Rio Grande.

Figura 2: Mapa com as rodovias federais que percorrem o estado do RS



Fonte: Polar Meio Ambiente, 2011; Concepa, 2010; UFRGS, 2010; DSG, 1977

<sup>2</sup> <http://www.pac.gov.br/obra/76431>

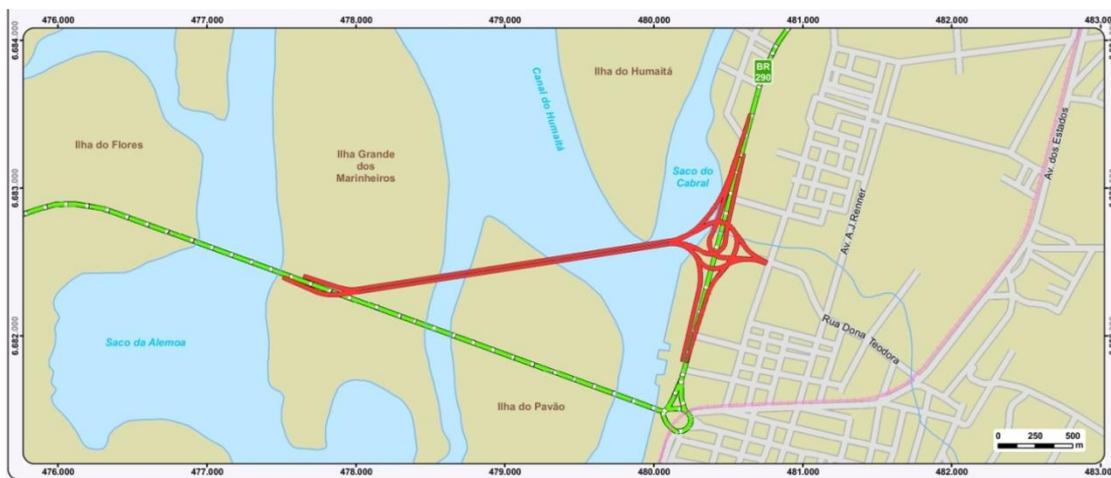
No traçado previsto para a implementação da ponte as quatro maiores ilhas que compõem o bairro Arquipélago estão previstas a ser atingidas, sendo a Ilha Grande dos Marinheiros a que será submetida ao maior contingente de pessoas a serem retiradas do local, delimitado como “faixa de domínio” da obra, sendo estipulada a retirada de mais de quinhentas famílias que se encontram sobre essa faixa inscrita pelo projeto da ponte. A primeira etapa do processo para a implementação da obra envolveu a realização de um cadastramento dos habitantes da ilha, os quais foram submetidos a questionários socioeconômicos em que foram questionados sobre questões desde renda familiar, número de residentes na moradia, até o tipo de material do qual a casa era feita. Realizado os cadastros cada casa recebeu uma inscrição em sua fachada com as siglas “IGM” e um número correspondente ao ordenamento referente ao procedimento cadastral.

Sabe-se que empreendimentos de infraestrutura urbana que envolva procedimentos de remoção populacional de certas localidades para outras devido a necessidade de “espaço”, prescindem de levantamentos e cadastramentos prévios das populações afetadas como forma de planejamento das contrapartidas necessárias a serem aplicadas aos impactados pela obra. Isso envolve um enredamento dessas populações em processos compulsórios de identificação, cadastramento e uma “burocratização” de suas vidas.

Como contrapartida a remoção as famílias impactadas pela obra na ilha tiveram, dentro do planejamento proposto pelo DNIT e Ministério das Cidades, três possibilidades de escolha para serem realocadas: Reassentamento, Compra Assistida e Indenização.

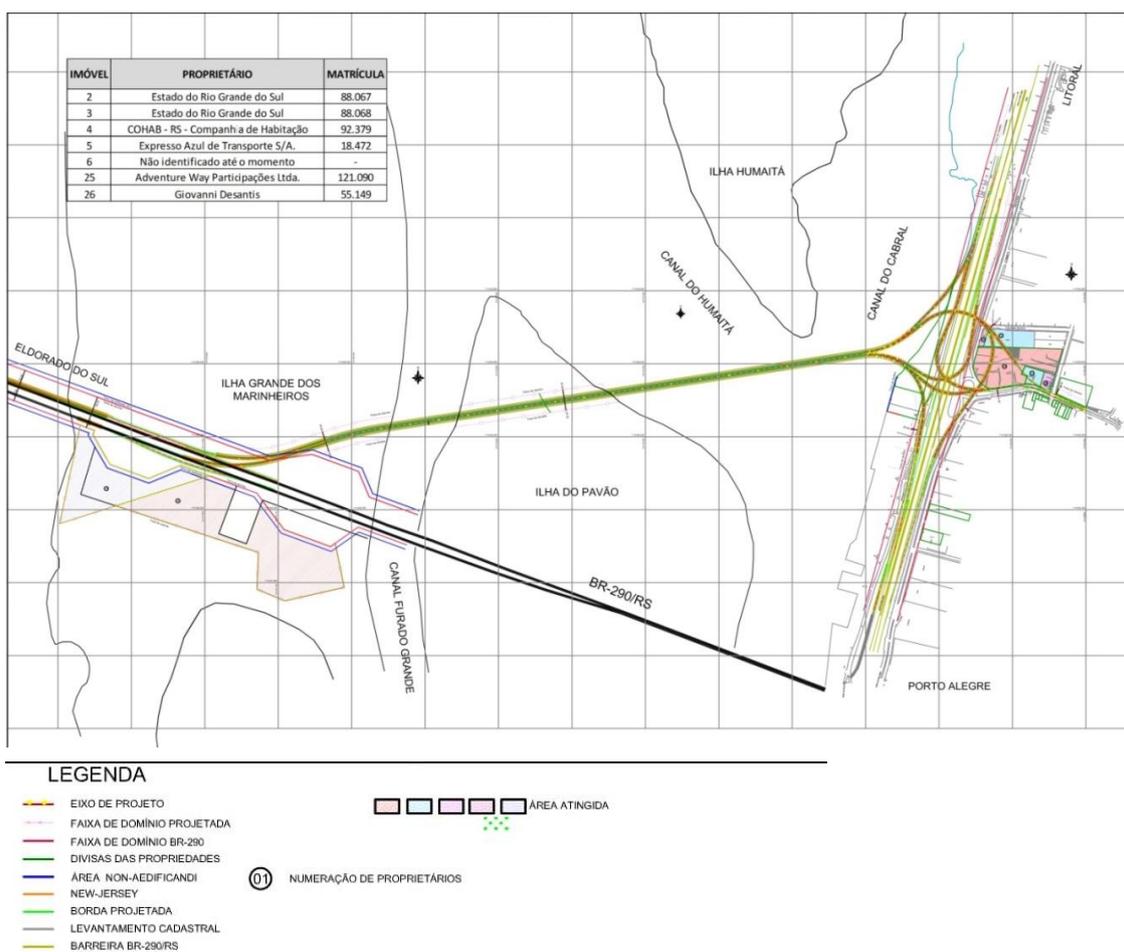
A partir do processo de cadastramento das famílias realizado em 2014, as inscrições feitas nas fachadas das casas traduziam um procedimento que se instituiu logo no momento em que as casa foram cadastradas - a partir daquela data os moradores que tiveram suas casas inscritas não poderiam mais realizar qualquer benfeitoria ou alteração estrutural em suas residências. Tal procedimento se deu conforme as combinações e explicações feitas pelos agentes do DNIT durante as reuniões realizadas no ano anterior ao cadastro.

Figura 3: Área de abrangência prevista para a ponte:



Fonte: Polar Meio Ambiente, 2011; Concepa, 2010; UFRGS, 2010; DSG, 1977

Figura 4: Áreas previstas para desapropriação:



Fonte: DNIT

### 3. Percurso, ambientes e relatos

Conforme já fora mencionado, já fazia um ano e meio que compunha o grupo de estagiários, sobre supervisão da Socióloga Laura Zacher, que atuava junto ao Setor de Sociologia da Defensoria Pública da União – RS, Sede de Porto Alegre. Durante esse percurso foi que me aproximei da questão da população afetada pelas obras da Nova Ponte do Guaíba, tendo sido designado para trabalhar junto as questões relacionadas à moradia já fazia algum tempo.

A Defensoria Pública da União se encontra no papel de responsável jurídico pela defesa dos interesses individuais e coletivos dos residentes da Ilha Grande dos Marinheiros e foi através dessa incumbência que o GT Nova Ponte do Guaíba foi criado como o grupo de profissionais – defensores públicos da área cível, servidores, uma socióloga e estagiários. Foi inserido neste campo de atuação institucional que comecei a entrar em contato com as demandas de uma população que se encontra na iminência do despejo e de uma obra de grandes proporções, tanto materiais quanto econômicas, e que configura uma “fissura” na dinâmica da vida de milhares de pessoas que se encontram sob o traçado previsto de em projeto desta ponte.

Para ser realizado um plano de atuação da Defensoria, através do grupo de trabalho acima citado, primeiro foi necessária uma extensa pesquisa bibliográfica dos projetos desenvolvidos pelo DNIT que traziam todas especificidades dimensionais – tanto cartográficas quanto de engenharia – sobre qual a área de abrangência desta obra. Além disso, posteriormente, se estudou os cadastros realizados pelo DNIT e a empresa Triunfo Concepa, procurando se esboçar uma previsão socioeconômica da população da Ilha Grande dos Marinheiros. Tais cadastros se demonstraram úteis pois tiveram uma abrangência grande de pessoas devido ao cadastro ser referente ao registro necessário para que aquela pessoa ou aquela família tivesse sua possibilidade de abrangência em questões de contrapartidas oferecidas, expostas anteriormente em reuniões com o DNIT, e que pudesse ter seu destino de realocação.

Em relação a atuação da DPU se viu necessário aprofundar os dados já obtidos através dos cadastros que o DNIT havia nos fornecido uma vez que os mesmos eram bem objetivos e acabavam por não dar conta das demandas individuais das famílias, tornando mais turva a noção da real demanda das mesmas e assim não seria possível trabalhar nas defesas, a serem realizadas pelos defensores públicos federais junto as audiências públicas previstas para ocorrerem na Justiça Federal, com o intuito de se definir uma realocação de acordo com o desejo das pessoas que ali na ilha se encontram residindo sobre o fatídico prazo ainda incerto porém definitivo de saírem de suas casas e desvencilharem-se de seus laços atuais de vizinhança e morada.

Ao Setor de Sociologia fora designado o trabalho de focalizar os contextos e heterogeneidades que compõem um aparente quadro geral anteriormente desenhado pelos cadastros do DNIT. A mim e minha supervisora Laura Zacher residiu a responsabilidade de formularmos um plano de ação pré-campo que consistia na elaboração de um formulário para a incursão de um “mutirão” de atendimentos a população da Ilha Grande dos Marinheiros. Realizei todo estudo da bibliografia técnica do projeto da nova ponte; estudei pesquisas acadêmicas da área antropológica e sociológica sobre o impacto de grandes obras em outros contextos do Brasil; estabeleci critérios e enunciados que norteavam o desenrolar das entrevistas a serem realizadas durante este mutirão trazendo nas questões elencadas o máximo de itens e elementos relativos ao contexto socioeconômico da ilha. Um extensivo trabalho metodológico e, de certa maneira, epistemológico envolvera este processo pré-campo que chamo pois, apesar de o formulário ter ficado pronto após algumas reuniões junto a moradores e alguns atores institucionais envolvidos na trama deste percurso, houve um prolongado processo de estudo(s) de caso(s) envolvido em minha atividade como responsável pela confecção do formulário bem como, mais adiante, um constante registrar de tudo que ocorria relacionado a este processo e algumas decisões tomadas dentro da área institucional de atuação do território da DPU.

## Cena 1

No dia três de maio de dois mil e dezessete realizamos uma reunião na Escola Estadual Alvarenga Peixoto, localizada na Ilha Grande dos Marinheiros, a qual havia sido agendada com antecedência com a diretora e professora da escola Sra. Doris. A reunião estava marcada para o turno da tarde no horário das 14h30min e representando a Defensoria Pública da União estavam presentes eu, então estagiário do Setor de Sociologia, e minha supervisora de estágio e socióloga coordenadora do setor Laura Zacher.

Em atividades de extensão realizadas pela defensoria são utilizados carros institucionais e sendo assim, nosso deslocamento até o local foi feito através de um desses automóveis. O trajeto é composto das avenidas Siqueira Campos, Júlio de Castilhos, Legalidade e da Democracia e finalmente atravessa-se a Ponte do Guaíba, composta pela BR116. Este último pedaço do percurso permite uma ampla visão das estruturas já existentes, as torres de sustentação que compõem a primeira etapa da obra da Nova Ponte do Guaíba, que desde o momento presente até o dia deste episódio se encontram sobre as águas de uma das afluentes do Rio Jacuí, solitárias estruturas de concreto e aço.

É após se passar a primeira ilha que compõem o bairro Arquipélago, a Ilha do Pavão, que chegamos a nosso destino. A Escola Alvarenga Peixoto fica próxima a BR116, a um desnível abaixo da altura da estrada. O local é amplo porém de construções simples, ao entrar somos recebidos pelo porteiro da escola que abriu o portão para que o carro pudesse adentrar um pátio localizado logo ao lado da quadra poliesportiva da escola em que alguns adolescentes se encontravam brincando. Conversando com o porteiro estava o Sr. Adelino, senhor de seus cinquenta ou sessenta anos e que já vinha sendo um interlocutor e mediador das questões referentes as obras da nova ponte e a defensoria, principalmente uma pessoa que tínhamos o contato frequente para tratar de comunicados e sugestões em questões de abordagens a população de lá. Conversamos um pouco com ele e lhe informamos que nos encontrávamos lá para realizar uma reunião com a diretora da escola, ao que Laura já o convidou a integrar o encontro para que pudéssemos

continuar a conversa, já que o assunto era de interesse dos moradores e ele faz parte deste grupo.

Chegando a pequena construção em que ficam a secretaria e a sala da diretora, localizada na parte frontal da escola ao lado da quadra e estrutura mais afastada das salas de aula. Fomos recebidos por Dóris e nos dirigimos direto a sala dela, eu e Laura nos sentamos nas duas cadeiras em frente a mesa da diretora e o Adelino ficara em pé, ao lado da mesa. A reunião tomou início e teve como objetivo traçar algumas questões de logísticas para a realização do mutirão de atendimento junto a população da ilha que seria realizada no ambiente da escola assim como já acertado com a diretora. Foram definidas a disponibilidade do uso das salas de aula demais ambientes apropriados para realização das entrevista, o dia e horário que seria possível se utilizar a escola sendo um período de greve dos servidores estaduais já prevista ao que a compensação das aulas ocorrerem no final de semana, em que optou-se pelo período mais apropriado para o mutirão ocorrer devido a maior presença das famílias em suas casa e não interferindo na rotina de trabalho e demais afazeres dos representantes das mesmas.

Durante a reunião o Sr. Adelino era um sujeito que trazia questionamentos que, a seu ver e por meio do que conversava com os demais moradores, de o que de fato iria ocorrer dessa situação toda. O “sai ou não sai a ponte?” era uma pergunta que aparentemente pairava não só na mente e nas falas deste senhor mas parecia ser um consenso que a dúvida e a desinformação sobre quando e como seriam feitos todos essas desapropriações e realocação daqueles que se encontravam cadastrados junto ao DNIT e, inscritos sobre uma “linha virtual” ou “faixa de domínio” aos termos técnicos da instituição responsável pela obra (e que futuramente acabou por ser incorporado nas linguagens técnico-jurídicas dos relatórios realizados na defensoria), teriam de deixar suas casa para seguir sobre um protocolo de alternativas pré-estabelecidas de contrapartidas a perda compulsória de seu imóvel original. Adelino foi um dos primeiros moradores com que entrei em contato e que trouxe a questão esse sentimento que, posteriormente iria constatar em outras narrativas e em minhas entrevistas, de indiferença, falta de transparência e desrespeito dos órgãos responsáveis pela obra para com os residentes da ilha.

Nesta reunião ainda aproveitamos para saber um pouco mais das demandas dos moradores em relação a serviços básicos, como saúde, ao que foi trazido por nossos dois interlocutores as demandas relacionadas ao posto de saúde, localizado logo ao lado da escola, e suas deficiências em questões estruturais como falta de materiais para atendimentos e exames de urgência bem como a abordagem dos profissionais de saúde que, em diversos comentários dos moradores com que conversei posteriormente também, havia um descaso e constante falta de integrantes da equipe do posto, como o único médico responsável pelas consultas realizadas no local.

Por fim estabelecemos os meios de divulgação do mutirão, sendo de extrema importância o apoio de não só os dois que se encontravam em nossa frente no momento, mas de toda população ao qual alguns cartazes e folders seriam distribuídos na escola e alguns estabelecimentos da região, mas também que a notícia fosse passada adiante: o mutirão ocorreria dia vinte de maio, naquela escola.

## Cena 2

Após realizado um levantamento das lideranças das ilhas componentes da região do bairro Arquipélago, feito pelo departamento de direitos humanos da Defensoria Pública da União, foi comunicado e estabelecido o dia dez de maio como a reunião em que seriam tratados assuntos relativos a atuação da defensoria em relação a demanda referente as realocações e contrapartidas estabelecidas no processo de remoção devido as obras da nova ponte assim como prestados alguns esclarecimentos sobre as condições disponíveis para serem pleiteadas. Foram enviados por e-mail convites bem como ligações telefônicas feitas as pessoas as quais a instituição possuía os contatos. Como responsável, junto a minha supervisora, no Setor de Sociologia pelo caso da Nova Ponte eu e Laura estaríamos presente nessa reunião que ocorreria na própria defensoria.

Neste dia o auditório localizado no décimo andar do prédio ficou lotado, composto por um círculo em que estavam presentes a defensora regional de direitos humanos titular Ana Luiza Zago, além de mais alguns defensores públicos; Laura Zacher e eu como representantes do Setor de Sociologia, além de moradores das

ilhas, representantes de entidades e outros apoiadores da sociedade civil. Era um dia atípico em minha trajetória na defensoria. Por volta das 14h20min a reunião inicia com uma breve rodada de apresentações de cada pessoa presente no círculo logo seguindo para a fala inicial de Laura, dando informações sobre o mutirão que seria realizado pela equipe GT Nova Ponte do Guaíba da defensoria bem como o local, horário de início e algumas considerações relacionadas a logística do evento que viria ocorrer dez dias após essa reunião, no dia vinte de maio. Na sequência foi a vez da defensora Ana Luiza, que discorreu sobre o papel da defensoria na assistência das famílias impactadas pelas obras da ponte, bem como trouxe algumas informações acerca de uma reunião a qual ela participou junto com representantes do DNIT e do Ministério Público Federal, a qual estive presente também. Logo após ela abriu a palavra para as manifestações dos convidados presentes.

Neste momento foram sendo erguidos os braços, um após o outro, fazendo-se assim uma lista para ordenar as vezes de cada um para sua manifestação. Notei que ao passo que as falas começaram a ocorrer, mais manifestações começavam a surgir tal como quando se fala sobre um assunto latente em nossos cotidianos é notável que desejamos tratar sobre ele. O contexto de a reunião ocorrer em um órgão público parecia trazer uma impressão para os moradores que ali estavam uma oportunidade de colocar suas demandas, e o papel em que defensoria se encontra não era uma identificação tão distintiva como de outra instituição que se colocava nesta questão. Foi por meio de algumas falas pontuais, das quais não pude gravar e por isso tomei algumas notas breves, ao que me chamou a atenção que o que se esperava ali era muito mais que esclarecimentos e sim, escuta.

O primeiro a se manifestar foi Luiz, morador da Ilha das Flores, relatando a falta de esclarecimento sobre o empreendimento da nova ponte e que muitos moradores não sabiam como se daria o processo de realocação e muito menos para onde iriam todos após saírem das suas casas. Este senhor também trouxe o tema da preservação do ambiente natural da região das ilhas, uma vez que o bairro Arquipélago tem boa parte da sua área composta por parte do Parque Estadual Delta do Jacuí, área de proteção ambiental. A preocupação com a já existente deterioração da vegetação, o descarte impróprio do lixo somado à falta do

saneamento básico na ilhas e enchentes sazonais que ocorrem na ilha foi expressa como grande preocupação desse morador que via no solo da região onde morava um local infértil para plantio, constatação essa que permitiu a ele fazer a constatação que as obras da nova ponte e seus resíduos agravariam a situação da preservação do ambiente bem como a qualidade de vida de todos que ali residem. O morador da Ilha das Flores também demonstrou indignação com a falta de contrapartidas não apenas de moradia mas sócio culturais, como denominou, e que toda uma dinâmica das vidas das famílias seria alterada devido a necessidade de que elas saíssem de seu atual local de morada tendo que se inserir em novos contextos urbanos sem o mínimo de alternativas de lazer ou respeito a uma nova adaptação a moradias menores, com novas dimensões que provavelmente seriam menores as casa que possuem hoje.

Liane que é moradora da Ilha Grande dos Marinheiros e conselheira do Orçamento Participativo da região foi mais uma pessoa presente na reunião que trouxe a falta de transparência em relação ao que será feito das pessoas que serão retiradas de seu local de moradia.

*Não sabemos de nada! Nós não temos definição de nada! Vemos as estacas sendo colocadas,mas nós não temos resposta pra nada. Como desmontar a casa se não sabemos se e quando vamos sair? Onde vamos morar? Em época de eleição muitos aparecem, mas depois somem! (...) A ponte anda, mas a realocação das famílias não! (Liane, relato da reunião Defensoria Pública da União, 2017, p. 2)*

Relata a moradora que, nos sons vindos dos bate-estacas e máquinas, trás uma experiência de aflição e perturbações psicológicas na população da região que vê a iminência da obra chegando em suas casa e ainda não sabem ao certo o que será feito de seus destinos quando tiverem de sair. “Os sons da obra provocam medo”. Ao fim de sua fala ela foi enfática na dimensão afetiva que estabelece com o local que mora e de que apesar de não ser uma das tantas pessoas que terá de deixar sua casa reafirma que a obra afetará a sua vida pois pessoas com que conviveu boa parte de sua vida, que “viu nascer”, estarão saindo dali, provocando o rompimento de laços afetivos entre os moradores assim como a relação com o próprio espaço físico da ilha que moram.

José, integrante da Associação Caminho das Águas, manifestou sua apreensão com que se transcorreram outras situações em que grandes obras urbanas foram implementadas na cidade de Porto Alegre. No período da Copa do Mundo no Brasil, em que Porto Alegre foi uma das cidades sede, e que a exemplo da Vila Tronco que sofreu massivos impactos de remoção e as contrapartidas aplicadas para reparação deste evento até hoje não foram devidamente aplicadas, expressando o medo que vários moradores das ilhas sentem em terem de sair de suas casas sem os recursos necessários para se estabelecerem em outros locais fornecidos de acordo com o combinado. Este senhor também pontuou que em uma audiência ocorrida no dia 21 de julho de 2016 com o senador Paulo Paim, os moradores tiveram uma ata em que estavam constadas as demandas da população ilhota e sendo sugerido o uso desse documento somado aos relatos da reunião que se fazia, passíveis de constarem em um ofício a ser mandado pela defensoria para o DNIT.

De acordo com o depoimento dado durante esta reunião, a moradora Beatriz denunciou que as obras já adentraram a região das casas na Ilha Grande dos Marinheiros ao que ela relata que tal investida descumpria combinações previamente feitas em audiências (sendo uma delas a citada acima, com a presença do senador Paulo Paim) as quais definiam que as obras só adentrariam a região após os conjuntos habitacionais já estivessem em fase de construção e, as famílias que na ilha não quisessem permanecer, tivessem seus destinos através da “compra assistida”, já definidos. Esta senhora também trouxe uma dimensão da afetação “psicológica” dos moradores, os transtornos causados não apenas no que seria o futuro das pessoas impactadas, mas que a iminência da obra seria uma presença que agencia medos e desencadeia situações de estresse e, de certa forma, traumáticas devido a presença dos “sons da obra, do bate-estaca” que ao que outros viriam a relatar também, cada dia parecia chegar mais perto.

*Estamos num processo de desmonte de direitos. O governo está se lixando para as pessoas! Muda governo, mudam acordos. São violações! Duas violações, na verdade: uma é a invasão, a outra é a violação psicológica, violentando brutalmente a comunidade. A obra é importante para Porto Alegre, mas o mais importante são as famílias. (Beatriz, relato da reunião Defensoria Pública da União, 2017, p. 3)*

Douglas foi outro morador que relatou a presença do maquinário e de operários da construção da nova ponte adentrando a região em que se encontram as casas. O morador tinha em posse registros em fotos e vídeos em que, posteriormente em atendimento individual que realizei com ele, podiam se evidenciar os sons das máquinas e a fumaça presente destes equipamentos, além de uma das cenas do vídeo ser a mesa de seu quarto tremendo devido as obras em local muito perto de sua casa e das demais daquela área.

Além dos relatos de moradores, houveram falas dos representantes de entidades apoiadoras, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e um integrante da rede Marista, a qual possui uma presença forte na região através de uma das creches presentes na região da IGM. Mas em todos relatos estiveram presentes nas falas uma situação de opacidade em relação a clareza com que os procedimentos de remoção e realocação das famílias será realizado, bem como dúvidas até sobre se a obra seria terminada de fato devido aos constantes embargos a obra, consequência de falta de orçamentos públicos da união para dar seguimento a construção não só da ponte como das habitações das famílias que serão realocadas.

### Cena 3.

Era agosto, e já fazia alguns dias que estava tentando marcar algumas entrevistas tentando entrar em contato via telefone de alguns moradores os quais, por meio das listas de presença das reuniões que havia feito pela defensoria, havia conseguido o contato. Havia formalizado uma autorização de pesquisa junto à defensoria e o setor em que trabalhava para que pudesse usar os dados documentais que faziam parte do processo interno da instituição e isso incluía desde os relatórios sociais feitos por minha supervisora Laura Zacher e com minha participação, documentos cadastrais realizados pelo DNIT junto as famílias da IGM, bem como os números de telefone dos moradores e outros participantes de eventuais reuniões e/ou atendimentos.

Foram alguns dias de tentativas infrutíferas de contato com essas pessoas, a lista era grande, contudo do outro lado da linha poucos atendimentos estavam

acontecendo. Houveram três moradores que me atenderam e foram solícitos em conversar comigo após explicar o objetivo e intenção de minha vontade em conversar com eles. Um deles, Adelino, que já me conhecia de reuniões realizadas na ilha, me informou possuir disponibilidade após determinada data mais para o fim de agosto e início de setembro.

Rosana era outra moradora a qual o telefonema teve resposta, porém foi sua filha que me atendeu e num primeiro momento de desconfiança conversamos alguns minutos para saber o intuito de eu estar querendo falar com sua mãe, ainda sobre a nova ponte. Após realizar a breve explanação de praxe sobre meu projeto e objetivo da entrevista, ela foi relatou que sua mãe estava viajando, contudo tinha certeza de que quando retornasse me atenderia de bom grado e interesse no tema. Após isso, todas minhas outras ligações após o dia de retorno, o qual sua filha havia me informado, foram sem sucesso.

Teófilo fora mais uma das tentativas que obtive resposta. Disse que teria disponibilidade qualquer dia, contudo parecia resistente em agendar com antecedência uma data me solicitando que o ligasse no dia e combinávamos a hora naquele mesmo dia. Achei uma combinação boa, porém, nunca mais me atendeu.

Os dias passavam e poucas pessoas me atendiam, e a lista de contatos era consideravelmente numerosa. Em uma das últimas tentativas antes de deixar de lado a “política das ligações”, entrei em contato com Rogério. Este senhor ao me ouvir explicando o tema da pesquisa e, conseqüentemente, o assunto que queria conversar tornou-se num primeiro momento (talvez seja difícil saber o “tom” que uma pessoa fala com você apenas ouvindo a sua voz) não muito interessado em tratar das questões que envolvessem o enredo que era o processo da nova ponte e tudo que isto implicava. “Não me envolvo mais com essa questão da ponte...” me falou de início, ao que tratei de reiterar que não se tratava de nenhuma intenção que implicasse nos trâmites burocráticos ou legais em torno da ponte, e de que se tratava realmente de um estudante querendo tratar do assunto por interesse.

Feita algumas considerações mais pontuais de o porque havia chegado a este tema e aberto um pouco da história do meu percurso acadêmico no intuito de

pesquisar o impacto da obra pela ótica dos moradores e de meu percurso, Rogério começou a explicar os motivos pelos quais havia “deixado de lado estas questões” referindo-se a toda articulação política que envolvia estar a par do que iria acontecer e defesa dos interesses da população da ilha. “As pessoas aqui gostam de ganhar...não pensam em ninguém mais da comunidade...” me relatou com uma certa decepção de alguém que minutos depois e através das próprias atas com as quais consegui seu contato se demonstrou por muito tempo envolvido no circuito de reuniões e conversas com os órgãos responsáveis atrás de respostas as dúvidas que eram de todos na ilha. Surpreendeu-me sua postura crítica em relação a atitude de algumas pessoas em relação a como lidavam com todo esse processo da remoção ao que tive como registrado em meu diário de campo que ele estava se referindo ao interesse de alguns em vislumbrar a possibilidade de indenizações como contrapartida a remoção. Ao final me contou que morava a 50 anos na ilha e trabalhava como motorista de caminhão, o que devido a isso não teria como me atender em uma entrevista presencial pois estaria trabalhando e me sugeriu que:

*Seria bom tu vir aqui e tirar uma foto do pessoal que mora ali perto da ponte...ai tu volta aqui daqui a uns cinco, dez anos e vem falar comigo...eles vão ter tudo voltado para ali...(Rogério, 2017)*

Agradei a paciência e a disponibilidade para conversar naquele momento, por telefone. Despedimos-nos, fim da ligação.

#### Cena 4.

Cheguei à ilha por volta das dez horas e trinta minutos descendo na parada de ônibus localizada a beira da BR116. Segui percorrendo a rua que tem seu trajeto adjacente a estrada, fazendo uma curva que passa por debaixo da parte elevada da pista. Como tinha o referencial da escola e o posto de saúde da região, segui para o lado onde se encontravam esses locais.

Caminhando pela avenida que fica na frente da escola segui observando as casas e outros estabelecimentos que ali se encontravam. Grande parte das casas daquela região tem sua arquitetura bastante diversa, algumas mais simples, de madeira e já um pouco deterioradas devido a região das ilhas sazonalmente sofrer

com enchentes. Outras casas são maiores, com mais de um andar e grandes pátios com outras pequenas casas no terreno. Todas casas construídas por essas pessoas, e ao longo dos anos realizando reformas periódicas, “puxados”, casas no terreno para filhos e netos.

Grande parte da população da região são trabalhadores autônomos, operários, recicladores e/ou catadores além de uma parcela de pessoas que se encontram desempregadas; famílias essas que vivem há em média mais de vinte, trinta anos no local e que seus antecessores chegaram à região devido ao fluxo econômico do trabalho com a pesca e a forte industrialização de Porto Alegre anos atrás. Isso ocorrera bem antes das casas de veraneio das famílias mais ricas do “continente” começarem a serem construídas nas partes mais costeiras da ilha.

Ao longo da caminhada, na pela rua Santa Rita, decidi chegar em um casal que se encontrava na varanda de uma casa pintada de verde. Era na verdade um bar, e o casal era dono do estabelecimento. Senhor Luiz Carlos Teles Lopes, de 60 anos, e senhora Jane Maria Almada Lopes, 54, foram quem me recepcionaram. Fiz uma breve explicação de o porque me encontrava ali bem como se eles teriam interesse em conversar um pouco sobre a situação da obra da nova ponte do Guaíba e tudo que acontecia por lá.

Jane foi quem falou mais comigo durante o início da conversa, me informando que costumava comparecer as reuniões relacionadas a obra demonstrando-se bem atualizada das articulações e sendo uma moradora que ocupava espaços da discussão sobre o que acontecia e o futuro da obra, concomitantemente, o seu futuro e dos demais que ali moravam. Jane me disse que após diversas reuniões com o DNIT e demais agentes públicos, responsáveis pela gestão da obra, foi em uma reunião na defensoria que senti ter esclarecido muitas das dúvidas que, como me relataram, tinham em relação ao que seria feito das famílias que seriam realocadas e quais seriam as opções das contrapartidas a isto. Ao questioná-la sobre qual reunião, ela me disse que foi no dia dez de maio, e no momento me recordei de tê-la visto junto a tantos outros moradores da ilha que lá se fizeram presente no auditório da DPU.

Neste momento se encontravam eu, Luiz e Jane sentados na varanda que era próxima da Rua João Inácio, transversal a Santa Rita, por qual vim caminhando até chegar ali. Um senhor apareceu no muro do avarandado conversando com o casal, era um vizinho conhecido deles ao qual em poucos minutos se encontrava pegando uma cadeira e sentando junto a nós. Prosseguimos a conversa tratando sobre as reuniões que foram feitas.

*... Eu acho que a Neli tava. Ou um dos seus filhos tava (referindo-se ao senhor que havia chegado), que ela queria da na mulher do DNIT porque a mulher disse que ela não tinha direito...não sei o que lá. Ai a mulher explicou "não, é que quando eu passei na sua residência não tinha ninguém. Ai eu não voltei lá de novo." Ai o cara explicou, da Defensoria, dizendo que não, que todo mundo que ta cadastrado continua o cadastro. Não seria renovado o cadastro nenhum.*

*Ai as pessoas, tem pessoas que já estão vendendo os lugar né. Já teve troca de casa aqui pra outra, e assim vai indo. Dai ele falou que esses casos vão ser definidos cada caso a cada caso, não...Ninguém vai ficar sem casa. Vão chamar e vão conversar. Só que as chaves serão entregue pra quem esta cadastrado. Isso fico bem explicado. Mas... A gente ta só esperando né. (Jane, 2017)*

Ao que já vinha observando em outros ambientes e conversas com moradores, fica recorrente que há falta de informação e clareza sobre os procedimentos e regras que o DNIT impôs nas normativas para poder realizar a obra na ilha. Ela relata que muitas pessoas desejavam fazer reformas em suas casas, grande parte por motivos de manutenção, pois a região é bastante atingida pelas enchentes em dias de aumento do volume do rio e, com isso, o impedimento da “data de congelamento” após o cadastro das casas junto ao DNIT se demonstra uma política de normatização que impede que os moradores reformem as suas casas a partir do momento em que forem cadastrados.

Nesse momento já se encontravam junto da roda de conversa Amanda Gomes Lopes, de quinze anos, e Keise Luciana Almada Lopes, 20, neta e filha de Luiz e Jane. Foram se juntando a conversa demonstrando que o tema era algo que afetava todos em semelhantes aspectos.

*Jane: É eu a única reunião que eu achei boa foi essa com o pessoal da Defensoria. Que eles explicaram tudo direitinho, até, que assim ó a gente guardasse porque o DNIT não queria nem que reformasse as casa.*

*Não podia, ali a mulher foi fazer uma casinha na frente ali...vieram ali e botaram abaixo!... Uma pouca de uma vergonha, a casa da mulher caída ela não pode arrumar.*

*Eu: A data de congelamento né, depois eles não deixavam...*

*Jane: Exato, depois do cadastro. Mas nós aqui seguimos arrumando nosso... Agora eu vou ficar morando mal, pra saber quem sabe quando sai a ponte?*

*Amanda: Que nem tem o pilar atrás da casa de uma mulher bem na beira do rio. Bem exatamente na casa dela. Ela disse que, conforme bate a estaca o banheiro dela já ta tudo caído, a casa dela já ta caindo também pra dentro do rio. E eles não deram jeito ainda. Ela até deu depoimento no jornal, ela já saiu no jornal, ela já fez de tudo. Ela vai em todas essas reuniões e nada! A casa dela ta caindo e ela ta com medo de querer construir mais pra frente e acabar saindo todo mundo e vai gastar um dinheiro.*

*Keise: E vai continuar quebrando ali...*

*Jane: Não, é. A Defensoria Pública falou para as pessoas guardarem as notas de tudo que estão gastando e depois eles vão conversar. Porque o DNIT disse que não ia indenizar nada que tivesse gastado. Que as pessoas estavam sabendo que iam sair. Mas agora imagina, tu ta na tua casa. Tua casa ta toda errada. Tu tem um troquinho pra poder arrumar pra ti ficar melhor, eu acho que a pessoa tem que arrumar. E ai depois bota abaixo...que vão receber outra casa em troca. Bem assim que eles falam.*

*Keise: E eles iam contar que a enchente ia destruir tudo a casa das pessoas?*

*Jane: A Adriana ali mesmo, a minha filha, perdeu tudo. A Adriana perdeu tudo com a enchente.*

*Luiz: A Margarete perdeu tudo.*

*Jane: A Margarete perdeu tudo! Tudo! Ai agora ela ta construindo, porque aquele lado dela já não pertence nada pro DNIT né. Ai ela ta fazendo a casa dela agora.*

Os transtornos causados por uma normativa imposta pelo governo federal, através do DNIT, demonstram que a agência de uma ordem estatal por mais que não se faça presente diariamente, por meio de fiscais ou engenheiros vinculados a obra, é um ordenamento que “paira” sobre a vida destas pessoas. O impedimento de realizar benfeitorias em suas casas, desde 2015 quando os cadastros terminaram, fez com que certos moradores tivessem suas casas deterioradas pelas recorrentes enchentes na região. Ou seja, há uma dimensão temporal também das normativas impostas pelo poder público que afetam esses moradores, suas casas vão ruindo ao passo que a obra avança sem que tenham algum destino já definido e, ao mesmo

tempo, o cotidiano e planejamentos futuros destas pessoas ficam a mercê de autorizações e o calendário das obras.

*Amanda: Porque a vontade das pessoas é arrumar as casa.*

*Eu: Tem muita gente que não esta fazendo obras nas casas?*

*Jane: Não ta deixando com medo de mexer e perder o dinheiro.*

*Amanda: ...Ai vem enchente, água na cintura... Os móveis...os móveis quando veem a doação... Mas não compram nada novo pelo medo né, de construir e eles virem tirar a casa e ter gasto um dinheirão no material...*

Foi através do trabalho junto a defensoria bem como o contato com os moradores que trouxeram a perspectiva de vidas que se enredam em dinâmicas burocráticas que envolvem todo empreendimento de uma obra do porte desta como a nova ponte do Guaíba. Foram diversas reuniões realizadas junto aos moradores para serem expostos o projeto da ponte, bem como os conjuntos habitacionais que seriam destinados as famílias que desejassem permanecer na IGM. Extensos questionários aplicados a mais de mil famílias que envolviam perguntas das mais diversas; uma sigla com as iniciais i, g e m designando o local, seguidas de um número de três dígitos que codificava as moradias em números de um cadastro.

É por meio dos depoimentos que vemos que a agência de uma instituição como o DNIT não possui um corpo, um nome ou muito menos um rosto. Nenhuma das pessoas as quais entrei em contato relatou algo de maneira a nominar algum dos agentes do departamento muito menos os engenheiros que de vez em quando aparecem na ilha medindo alguns terrenos e fazendo alguns estudos do solo. Não que houvesse a necessidade de uma nomeação, mas existe uma produção da indiferença entre um campo formal de agentes que se fricciona com o campo do informal, ou do cotidiano fora das arestas do poder público, dos planejamentos urbanos e de gestão de obras, os quais são as próprias vidas que se encontram no local que o conflito ocorre. Assim como não se sabe quando a obra ficará pronta nem tão pouco se sabe quando e como serão as casas e apartamentos a serem construídos, de responsabilidade da união, sendo comuns os comentários de que não se acredita que a obra possa se concluir de fato.

O contexto que a IGM me pareceu ao da cidade informal (MARICATO, 2000), sem planejamento urbano, saneamento básico e seus serviços básicos são insuficientes a população que ali reside. Ou seja, existe uma dimensão de invisibilidade do poder público para com aqueles que nesta ilha residem e, com isso, uma produção da indiferença em relação às demandas infraestruturais e culturais deste local. Ao passo que os trâmites burocráticos se desenrolam por “mãos e agentes invisíveis”, ou sem corpo e nome, existe uma corporalidade latente da população que tem de se adequar ao que o poder público designa como “planejamento de fato”, ou uma argumentação técnica sobre o local que aquelas pessoas povoaram e construíram suas casas com as próprias mãos, assim como constituíram seus espaços de privados e coletivos naturalmente com o passar dos anos. Contudo é expressivo que a ausência dos investimentos no espaço, bem como uma atuação mais forte do Orçamento Participativo da região para captar recursos ao bairro Arquipélago, trouxe uma distância não apenas física e geográfica das ilhas para com “o continente”, mas de abrangência das discussões, oportunidades e decisões sobre o destino da cidade, bem como o destino da ilha.

Morar sob a iminência de ser retirado é de fato um marco temporal na vida de alguns da ilha, porém não é com surpresa que os moradores recebem a postura ausente do poder público em sanar tanto dúvidas quanto deficiências nos espaços de uso comum e infraestruturas da região.

*Nem pracinha, eles fizeram uma...eles fizeram abaixo assinado. Eu não sei quem estava com as folhas. Uma vez eu peguei uma folha e sai junto, foi uma galera, era da minha idade assim, em casa em casa leva um abaixo assinado para as pessoas pra ter uma pracinha aqui. Porque o único lugar que não tem uma pracinha é aqui, porque na Ilha das Flores, na Ilha do Pavão, lá na pintada (Ilha da Pintada) que faz parte das ilhas, em qualquer, na Vila farrapos...tem cinco..dez pracinhas. Aqui na ilha é um lugar que não tem pracinha. Tem muita criança, desse lado aqui nem tem muito, mais pra lá tu vê muita criança. Chega num sábado ou num domingo não tem nada! As crianças brincam na rua, da acidente, da um passando por cima do outro de carro, de moto. Dai eles fizeram, dai até hoje eles não deram resultado se eles iam montar a pracinha, dai uns falaram que eles iam fazer aqui na frente (o bar da família se encontra de frente para um gramado a beira da BR-116), aonde tem aquelas goleiras, ou ali no campo, que ai fazia uma parte ali no campo bem ali do hotel ali uma pracinha mas até hoje nunca mais vi as folhas e todo mundo assino, até vocês assinaram as folhas (se referindo a Jane e Luiz), todo mundo, os moradores tudo. Teve naquela ilha pequena, que é mais pequena, tem pracinha mas não tem balanço, eu não ando mas eu digo para os pequenos, que nem eles (havia o filho da Keise entre nós na roda), dai tem que ir na escola e as vezes nem a escola ta aberta para as pessoas brincar, as crianças brincarem, dai é só durante o turno que tem aula, nem*

*isso eles não deixam entrar. É bem complicado essa situação aí e de tudo e mais um pouco. (Amanda, 2017)*

Ao longo da conversa Keise foi a pessoa mais ativa nos comentários, alguém que apesar de não estar tão presente nas reuniões era bem interessada no que seria feito de toda essa situação que ocorria na região. Em consequência do mutirão e da reunião que havia feito na escola se pode saber que alguns moradores, devido à iminência de serem tirados de suas residências, começaram a vender ou deixar suas casas antecipadamente. O que ocasionava um novo problema: os cadastros realizados em 2015 já se encontravam desatualizados, pois de lá para cá muitas crianças nasceram, muitos saíram do local vendendo suas casas, novas casas se erguiam em terrenos em que antes havia apenas uma construção, a vida que seguiu independente da “data de congelamento”. Uma vez que isso ocorria cotidianamente sabia-se que muitos desses novos moradores podiam estar em moradias que viriam a ser impactadas pelas obras e, ao mesmo tempo, haver discrepância em sua “existência” junto aos cadastros do DNIT o que irá gerar um conflito burocrático e jurídico de direito a reparação pela saída desta família do local.

*Eu: E muita gente já saiu?*

*Keise: Muita gente que fez o cadastro a primeira vez (cadastro do DNIT) já foi embora. Uns já venderam. Outros já estão morando nas casas cadastradas por outras pessoas. Porque às vezes há as guerras do tráfico também. Então muita gente foi embora, poucas pessoas continuaram a morar aqui. Muitas pessoas construíram, e aí tem uma casa naquele lugar mas não é a que estava cadastrada, não é a pessoa que estava habitando. E o DNIT disse que o cadastro tu poderia fazer o que tu quisesse com a casa, não tinha essa coisa de tu não poder vender porque não é como o minha casa minha vida.*

Keise e Amanda acabaram sendo as duas pessoas com as quais eu conversava do grupo que permaneceram no diálogo comigo. Questionei-as sobre a união que pudesse existir entre os moradores frente a todos processos de investida da obra, bem como a falta de explicação das entidades responsáveis pelo empreendimento.

*Eu: E como é a relação dos moradores aqui e, enfim. Se as pessoas são mais unidas, em relação a essa questão da ponte, da informação, ou cada um tá meio...*

*Keise: Não. É quem vai às reuniões, algumas pessoas que entendem o que estão falando ou que conseguem aproveitar alguma coisa do que é dito passa*

*uma informação mais "limpa" né, mais nítida. Quem acompanha sabe melhor o que está acontecendo. Agora quem não acompanha pega uma informação no ar e aí se espalha aquela coisa, que vão tirar todo mundo. Já foi falado que iam tirar todo mundo, essas coisas assim e que ninguém ia ganhar nada, que eles não vão dar casa, que eles não vão... Sabe.*

Eu: *Sim.*

Keise: *Eles fizeram um cadastro bem grande, eu acredito que eles não vão poder alojar e conseguir construir casa para todo mundo... Que eles cadastraram. Talvez só para quem passa a ponte ali, a tantos metro da ponte.*

Eu: *É, a faixa de domínio.*

Keise: *Mas é... Eu acho que já era para ter uma estrutura, pelo menos cem casas ou mais... Tem pilastra atrás da casa dela. Tem pessoas que dizem que o DNIT marcou onde vai ser o pilar. Que o pessoal da construção demarcou.*

Ao mesmo tempo em que a indiferença gerada pelos processos de avanço da obra, bem como os diversos momentos em que o DNIT se reportou aos moradores, parece que a falta de informações e transparência com que os episódios da obra ocorrem não apenas criam atrito entre poder público e população, mas também geram desconfortos internamente entre os moradores. Se ninguém sabe de fato o que ocorrerá, os sujeitos mais ativos nos ambientes de discussões sobre a obra é que trazem a notícia, a sua interpretação. Contudo, há a diferença entre os moradores que terão de sair, pois se encontram sobre a “faixa de domínio” e outros que não serão diretamente impactados gerando de certa maneira duas identidades, não tão claras, mas que para as relações de interesse sobre as contrapartidas oferecidas a eles geram tensões. Esse elemento de diferença entre os moradores faz com que muito do que se fala sobre a obra as vezes seja tido como mentira, falácia ou descaso do transmissor da notícia, pois assim como Rogério, Keise e Amanda viam em alguns moradores um interesse outro que o “puro” sanar das dúvidas. É sabido que a IGM não possui uma associação constituída, e de que poucas foram as pessoas que, ao longo destes anos desde que a obra teve início, permaneceram interessados em o que iria ocorrer de tudo isso.

*Não porque não tem nenhum representante e o pessoal que vai nas reuniões e que se bota de frente assim que nem o seu Fulano\*, ele não vai ser tirado, então eu não sei para que ele tem as informações ou porque que ele acompanha as reuniões, ou para quem ele esclarece alguma dúvida porque pro pessoal que eu saiba ele não tem relação nenhuma com explicar. (Keise, 2017)*

*As vezes ele que manda arrumar os postes, sabe? Às vezes ele que vem com esse negócio quando tem votação ele parece ser o diretor de tudo sabe. Toca em assunto de casa, do DNIT, ele se mete porque ele sabe, ele quer discutir com as pessoas o que ele sabe. Ele não quer escutar as pessoas e as pessoas estão erradas! Em direção o que as pessoas falar para ele. E dai a gente, ele é uma pessoa que tu disse, o que que ele quer na reunião do DNIT? Se ele mora do lado da minha casa e ele não vai sair. Porque que ele esta ali se metendo numa coisa que ele não tem que nada a ver ou em outras coisas que ele ta por atrás, atrás disso tudo e ninguém sabe. Ele é uma pessoa que se mete demais, se ele vir aqui ele não fala coisa que tu jamais esperaria que ele ia falar. Ai que nem tem um poste, ali na nossa rua tem dois postes apagados, um na frente do meu pátio e um mais a frente de um beco. (Amanda, 2017)*

## Cena 5.

A moradora Keise, com quem havia conversado em outra passagem pela ilha foi quem me levou a casa de Valdir dos Santos, um senhor de cinquenta e seis anos e que reside na IGM a mais ou menos três anos com sua família, como me informara. Após me apresentar e falar brevemente o motivo pelo qual me encontrava lá ele me convidou a entrar em seu pátio, colocando duas cadeiras junto à base de uma árvore alta que se encontrava perto do muro que demarcava a divisão para a casa ao lado. O terreno era extenso e possuía mais de uma moradia no local, ao que viria saber ao longo da conversa que devido ao grande número de familiares seus que residiam junto ali.

Iniciei a conversa questionando-o sobre suas impressões mais gerais sobre o que vinha acontecendo na ilha desde que a obra da Nova Ponte do Guaíba deu início. De início Valdir já me disse que pouco sabia de tudo aquilo, do futuro da obra bem como o dele e demais moradores da região. Apesar de ter participado de algumas reuniões, as quais me relatara que se fizeram presente Ministério Público DNIT e representantes das construtoras responsáveis pela obra, Valdir trazia em suas colocações poucas certezas em relação ao futuro da obra, chegando a duvidar que a obra se concretizasse de fato.

*Olha, existe muita conversa né, referente a essa ponte. Da qual a gente não sabe em quem acreditar. Que se fala verdade. Inclusive participei de reuniões, a questão de um ano atrás, e teve representantes da justiça, do Ministério Público, o pessoal da construtora, enfim os responsáveis. E na qual foi garantido que iria sair essa... lam mexer com nós aqui devido a obra né. E iriam fazer outras casas para nós. Porque aqui a gente não pode fazer nenhuma melhoria, no caso se eu quisesse fazer uma casinha melhor aqui,*

*de alvenaria e tal, já não pode porque tem o pessoal que cuida dessa área, então não é permitido. E as casas como pode ver, todas elas tem os números do DNIT tudo já cadastrado para que façam essas casas para a gente desocupar a área para eles continuarem com a obra. Mas nada é certo, o que a gente pensa é que tudo é político, tudo é problema político, conforme o pessoal... Os políticos andam tudo atrapalhado, falta de verba e seria isso aí. Eu acredito que nunca vão mexer aqui com nós. (Valdir, 2017)*

Novamente pude reparar que a sensação de entendimento que se tem sobre a postura com que a gestão do empreendimento se faz sobre as vidas dos moradores, que se encontram sobre o terreno em voga, é de são poucas as certezas. Ao mesmo tempo, existe um “governo da vida” mais latente destas pessoas que não estão podendo alterar estruturalmente suas casa, pois é necessário que as mesmas se encontrem inalteradas conforme foram cadastradas na época pelo DNIT, para que uma compensação seja aplicada “proporcionalmente”. Subjaz um discurso de rigidez normativa que paira sobre os moradores, por meio dos relatos é que as narrativas constituem uma espécie de confusão, mas ao mesmo tempo de precaução com o que pode vir a acontecer no contexto de uma obra que constantemente se encontra embargada ou parada por questões da esfera da gestão federal, ao que Valdir se refere elementos de atraso como a falta de verba e que “tudo é político” ou é “politicagem”.

Ao longo da conversa Valdir me comentava de como sentia que por mais que ocupasse os espaços das reuniões, procurando estar “a par” da situação e discussões, tudo que era repassado aos moradores acabava por ocorrer, na realidade, de maneiras completamente diferentes. Os cronogramas, os orçamentos da obra bem como o que lhes fora informado nessas discussões junto ao DNIT pouco podem trazer de alguma informação consistente e que proporcione algo como uma segurança para que residentes da ilha como ele pudessem se planejar e realizar as reformas que quisessem, ou saíssem sabendo que poderiam contar com algum subsídio do governo.

*É o que se comenta porque acho que são muitas despesas e acho que é falta de interesse do político, de fazer esse investimento. Eu pra mim não há necessidade de eles fazerem essas casas. Eu gostaria de fazer a minha, mas a gente não pode, então não sei em quem confiar. E não sei a quem recorrer né, e desse jeito a gente vai tocando a vida. (Valdir, 2017)*

Com o passar dos anos desde que a obra começou a intensidade com que se faziam presentes os agentes públicos, envolvidos na obra e na fiscalização da mesma, passaram a se tornar cada vez mais raras. Embora essa presença tenha se tornado mais eventual o sentimento, que certos depoimentos como o de Valdir, me trouxeram uma dimensão de certa agência coercitiva dos corpos que ali estão presentes na ilha, pois, ao impedir com que os moradores fizessem qualquer modificação estrutural em suas casas após o cadastro começaram, partir desse momento, se desenvolverem mecanismos de controle que atuassem sobre esses moradores.

Eu: *Quando o senhor veio para cá o senhor construiu tudo? Ou já tinha uma...*

V: *Tinha uma muito precária, só dei uma ajeitada, só dei uma ajeitada porque não é permitido né. Eles veem, tem a câmara lá (neste momento, Valdir me mostra uma câmara prostrada em um poste, bem alto, próximo a BR 116), ela controla tudo né. Se eu inventar de... Outro morador que tava, que morava aqui, ele também... ele olho grande. Ele só quis aumentar mais para lá a cerca, segundo eu sei, isso que a do vizinho é mais para frente, ele quis aumentar para lá. E aí eles vieram, com a polícia federal aí, até esta correndo processo até hoje. E aí houve até certa perseguição, posso dizer, da polícia federal, porque eles são polícia né. Então vinham eles. Dai ele se sentiu acuado e aí pegou e troquei com ele a casa, porque pra mim era pequeno, e aí como era maior aqui a gente mora muitos parentes. Dai eu troquei, dei a minha lá para eles e vim para cá. Só isso. Mas não contando com eles me derem casa, o que eu gostaria é de fazer uma casa para mim. Mas não pode, porque se tu olhar elas todas elas tem o cadastro.*

Eu: *Quando o senhor veio para cá já tinha o cadastro?*

V: *Já tinha, daí inclusive eu fiz a... Montei o cadastro em cima desse aí, fiz uma atualização. Porque tem que montar o histórico de porque que eu estou aqui. Aí eles acataram, dei toda documentação exigida e eles levaram e depois em seguida a gente era visitado pelo pessoal, umas gurias do DNIT vinham aqui, olhavam, tiravam foto, e agora já faz um ano que pararam com isso aí. Mas agora, uns três anos atrás era mais...*

Eu: *Mais recorrente...*

V: *É, mais. Eles estavam toda hora aí, tinha um carro deles... Mas agora se sumiram, não apareceram mais.*

Eu: *Senhor teve que dizer o motivo de troca da casa?*

V: *É porque aqui é um lugar que tem muito... banditismo digamos assim. Pessoal aí não adianta a gente querer esconder que tu sabe, que aqui é uma área muito. Então aqui é uma área. Aqui eles tem mania de pegar e correr o pessoal das casas, entendeu. "Ah, não te queremos mais aqui, pode te mandar daí". Assim como fizer aqui na Paulo Ramos. Então é assim que funciona, existe aquele cadastro, quer dizer, muitas pessoas, muitas famílias tem casas fechadas tudo aí. Só que daí aquele cadastro fica ali, não pode ser transferido. É aquela pessoa que é o beneficiado, mas ele não está mais ali.*

*E ai eu montei o histórico de transferência assim né, porque que eu sai de lá, tive que explicar para eles.*

*Eu: O senhor foi entrevistado? Ou teve que formalizar...*

*V: Eu fui entrevistado e formalizado. Tive que tirar xerox da documentação, todo uma documentação registrada tudo...E ai eles levaram né. Desde então o pessoal começou a me visitar, mas nunca mais. Desapareceram.*

*Eu: Essa questão foi com o DNIT?*

*V: DNIT, é. São os responsáveis pela área ai. Essa área é federal, segundo consta. Todo pessoal que mora nessa área aqui é tudo nessa situação.*

Em certa maneira uma ilha já trás uma existência geográfica de certo isolamento e autonomia daqueles que ali a habitam. Muitas das casas e comércios locais da IGM foram erguidas por seus próprios inquilinos e seus familiares, dinâmica essa que também configurou diversos laços entre os moradores da região. Aliado a isso, a ausência de planejamento urbano e estruturas básicas como saneamento básico na região são índices de uma falta do olhar da gestão pública municipal sobre o local.

Contudo é a partir da implementação deste empreendimento da nova ponte que essas vidas que lá residem passam a serem inseridas em toda uma rede de agenciamentos e interesses de cunho normativo e fiscalizador dos agentes públicos, das três esferas de poderes. Além disso, é através dos procedimentos burocráticos de cadastramento, juntada de documentos, prestação de contas e outras formas de regularização que essas pessoas se veem inseridas em uma rede em que o cronograma é o da obra e não tanto suas demandas já existentes anteriormente a este episódio. Quem “se atreveu” a reformar sua casa foi severamente punido e questionado pelos motivos, e tudo isso foi possível através do registro de uma câmara de tráfego viário que são os “olhos” sem corpos que vigiavam sem causar alarde o perímetro desta região da ilha.

As casas que uma vez eram manuseadas e reformadas conforme interesse de seus inquilinos acabaram por se tornar números os quais permanecerão inalterados, virtualmente e materialmente, para o DNIT e conseqüentemente o Governo Federal. É claro que no cotidiano é sabido que alguns moradores realizar algumas reformas e, outros já declararam que se negarão a sair quando o dia do despejo chegar, mas é nessas várias “ideias de ilha” que existe uma fissura política

e biopolítica das dinâmicas de vida que se desenvolvem. O universo informal que é invadido pela formalidade e racionalismo da burocracia estatal e que configura corpos em números e delimita-os a amplitude de como deve ser suas moradas, de que não podem mexer em suas casas nem tampouco infringir normativas que lhes foram impostas sob a égide de um “interesse maior” e de tudo que implica economicamente a existência desta nova ponte.

#### **4. Políticas do espaço e da informação**

As produções do espaço urbano bem como o desenho de cidade a que me propunha procurar entender um episódio específico de tantas histórias que percorrem a cidade de Porto Alegre, bem como todas outras cidades, fazem parte da empreitada que é tentar se entender a trama de redes que se desenvolvem sobre este espaço. Não é apenas através do ordenamento normativo de projetos de leis e licitações para projetos de “modernização” ou reforma estruturais de uma cidade que as práticas dos atores da gestão pública se fazem transparecer. Percorrer um espaço, um território, é se inscrever e ser inscrito por ele; é lê-lo de maneira a qual passamos a procurar entendê-lo e, talvez, procurar os melhores caminhos, construir a casa dos sonhos, constituir um espaço de lazer e o de trabalho. Contudo, o gradiente de camadas que compõem certa linguagem do espaço, conversa com os corpos dos quais habitam e percorrem este território.

O planejamento urbano é mais uma das tantas gramáticas que compõem a dinâmica da vida social. Este espaço o qual percorremos tem sua constituição histórica, bem como o interesse de gestores e instituições as quais constituem ideologicamente uma determinada concepção do que uma cidade deve ser. Constituem uma cidade formal, planejada e apropriada ao fluxo dos capitais, e outra cidade, informal, autônoma, que se desenvolve ao passo de desejo dos seus habitantes em habitar. Maricato representa dualmente esta ideia de cidade contudo as pluralidades são muitas dentro destes dois “mundos”. Procurar entender a cidade como uma forma linguística de comunicação com os corpos é também procurar os discursos que percorrem as estruturas e vias destes territórios, assim como a constituição da cidade como uma obra política, historicamente elaboradas, ideologicamente pensadas.

#### 4.1. Cidade como um campo de forças

Os motivos que se colocam quando um empreendimento tal como o de uma obra do porte desta nova ponte elevada - maior vazão ao fluxo de carros e transporte de mercadorias e que implica nisso razões econômicas para sua realização - configurou um conflito quando para que tal empreendimento passe a existir, um grupo de pessoas deixe de ocupar um espaço que há anos é habitado por elas. Lefebvre nos trás uma reflexão que procura romper com o pensamento cartesiano dos espaços, em que a ideia de cidade como *obra*, matéria, arquitetura, constitui também uma dimensão interpretativa do um empreendimento político, de uma *ideologia urbana* (LEFEBVRE, 2008) que é fruto das relações do social.

Se considerarmos a cidade como *obra* de certos “agentes” histórico e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. Insistimos muito neste ponto, metodológica e teoricamente importante. Há portanto uma ocasião em uma razão em distinguir a morfologia social. Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. (LEFEBVRE, 2008, p.54)

Pensar a cidade é pensar as várias *cidades* que se constituem pelos sujeitos que nela habitam e produzem este espaço, essa malha em que as relações sociais se desenrolam. Por isso ao conduzir minha pesquisa com os moradores da IGM, tanto na própria ilha quanto em outros locais, o que podia ver se constituindo ali eram diferentes perspectivas do que é uma *cidade* e de fato quais métodos e discursos compõem as ideias de algo que às vezes se constitui muito abstratamente como o conceito de “urbano”.

Quando necessidades infra-estruturais como saneamento básico ou maior número de creches surgiam como demandas da população em reuniões como a que presenciei na defensoria pública ou na escola Alvarenga Peixoto, vi que existia uma

certa invisibilidade da região em relação aos interesses dos gestores públicos do município. Contudo, o implemento de uma obra como essa, de interesse do Governo Federal – e que compunha o rol de grandes empreendimentos do Programa de Aceleração de Crescimento – constituiu um episódio de fricção entre diferentes interesses. É o momento em que duas *idades* se encontram e ao que Ermínia Maricato polarizaria em cidade formal e informal: o desejo de implementar uma obra de interesse econômico para não só Porto Alegre como outros municípios do RS, e que se constituía sobre a esteira do discurso desenvolvimentista que o governo federal promove; em contraste com a IGM, uma das ilhas mais populosas do bairro Arquipélago e que abriga famílias em sua maioria de baixa renda – quase 50% recebem entre um até menos de dois salários mínimos (sendo o dado referente a índices de 2015), e que vivem sobre um território sem um planejamento infraestrutural. O que se apresenta neste conflito, e o que procuro versar sobre, não é apenas que há uma diferença de interesses e a sobreposição do poder público sobre a vida dessas famílias, mas sim que os agentes e instituições da esfera pública circunscrevem essa população numa trama de procedimentos burocráticos – de identificação, mapeamento e zoneamento, fiscalização, vigilância – para que possam enfim aplicar seu empreendimento tão desejado do cronograma de governo.

Pensar os mecanismos, mobilizadas por instituições públicas e privadas, é percorrer os discursos que compõem a posição de poder que se inserem os movimentos desta obra. Ou seja, é intencional que procuro falar sobre o planejamento urbano, mas apenas para tratar de outro universo que ai se constitui: como o campo do desenvolvimento (RIBEIRO, 2008) - seus atores, instituições, estrutura burocrática - se constituem como mecanismos de poder para disciplinar os corpos conforme interesses ideológicos específicos, estabelecendo uma rede de ordenamento de determinados grupos.

“Dramas desenvolvimentistas” são tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais a outsiders. O fato de outsiders pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser seqüestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de

como uma certa realidade será — implica a apropriação, por parte de outsiders, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes. (RIBEIRO, 2008, p. 121-122)

De certa forma o Estado configura seus próprios mecanismos para que suas práticas constituam-se como racionalmente e tecnicamente orientadas, tornando o discurso em ordem impessoal e inquestionável de seu poder. Cabe a burocracia instaurar-se como ferramenta basilar para que se agencie o poder de forma que ele não constitua um rosto, muito menos um corpo, assim como a “cidadania” seja o argumento de identificação dos sujeitos, tornando o sistema com uma ampla gama de procedimentos que produzam identidades bem como afete subjetividades.

Os procedimentos aplicados pelos gestores da obra – cadastramento, fiscalização das moradias, delineamento da faixa de domínio da obra, áreas para reassentamento das famílias atingidas, dentre outros – se apresentaram como mecanismos de inscrição desta população em uma nova dinâmica de gestão do espaço em que vivem. Se antes a região não possuía uma presença de qualquer tipo de fiscais, nem tampouco uma proposta de planejamento de saneamento básico ou algum tipo de padronização dos terrenos das casas, a partir do cadastro (e de que um interesse na região passa a ocorrer através do Estado) essa região passa a ser inscrita sobre uma nova forma, ou melhor, inscritas de forma mais intensa sobre formas de regramento do território.

Torna-se necessário a partir dessa inclusão em uma sistemática da burocracia, que as pessoas correspondam a certas identificações e ordenamentos, sob a égide de procedimentos homogeneizados sobre contextos diversificados. Michael Herzfeld procurou analisar os mecanismos de classificação e toda uma biopolítica de Estado que, no sistema impessoal e racionalista da burocracia, necessita de prismas de significação e identidade próprios à *linguagem* do estado para que nada tenda a fugir de uma ordem e noção de unidade, ideologia do Estado-nação moderno.

Em sendo assim, um Estado-nação precisa estabelecer um reforço onipresente de sua lógica culturalmente construída em cada aspecto da vida cotidiana. A estrutura principal consiste em um conjunto de categorias nacionais: aquelas que definem quem pertence e quem não pertence. Tais categorias são relativamente simples, poucas em número, e rígidas. Elas

suprimem a relatividade de todas as categorias sociais no uso diário, para que já não se possa reivindicar diferentes identidades em diferentes situações. (HERFELD, 2016, p.68)

Um pouco na esteira de Herzfeld, assim como de Foucault, a análise que invisto de como através dos depoimentos que pude entrar em contato se fez presente um relato da agência de ordenamento destas vidas, destes sujeitos que ali residem em uma região já pouco abrangida pela gestão pública em questões infraestruturais. É uma *linguagem* do estado que começa a se aproximar dessas vidas, mais intensamente e, que implica a estas se adequarem e seguirem normas que serão fiscalizadas, por agentes e câmeras. Termos como “faixa de domínio” e “data de congelamento” se tornaram expressões técnicas presentes em meu cotidiano nessa trajetória de pesquisa e, talvez de outras maneiras para as famílias esses termos se faziam presentes cotidianamente.

A partir dessa dimensão biopolítica dos corpos é que certos depoimentos me trouxeram uma forma de “gestão do tempo” da vida dessas pessoas que era proporcional ao cronograma previsto para toda obra da ponte bem como obedecia ao fluxo desses *outsiders*. Pois, ao passo que a ponte se propunha como um projeto com uma previsão, pouco se soube sobre como e quando sairiam os conjuntos habitacionais direcionados as famílias que se encontrariam na “faixa de domínio” do traçado da ponte. Existe uma dimensão do tempo cotidiano da vida na ilha que não é compatível com o da obra, contudo, existe uma ação incisiva dos órgãos públicos envolvidos de exercer uma temporalidade em detrimento da outra e, ao passo que a retórica e desinformação se perpetuam como uma forma de garantir a ordem, sem restituir respostas, acabasse por constituir um sentimento de apreensão e angústia.

#### 4.2. Indiferença, identificação e burocracia

*Talvez um dia vá sair isso ai né? Vão mexer com a gente ai. Até agora não tem nada oficial. Eles queriam construir para lá as casas, as casinhas populares. Mas até agora nada.*

Valdir dos Santos

*...São violações! Duas violações, na verdade: uma é a invasão, a outra é violação psicológica.*

Beatriz

Existe uma dimensão metafórica, porém não menos nociva, da construção dessa ponte. Ao passo que se ergue essa estrutura, que tem como seu significante a “união” de diferentes porções de terra e sendo assim o contato entre as partes, tudo o que ambos os lados possuem passam a conduzir através dessa estrutura. Sabe-se que esta seria a segunda ponte sobre o rio Jacuí, também sabe-se que esta já existente eleva-se em determinados momentos para que navios cargueiros sigam seu rumo ao porto da cidade de Rio Grande. Contudo, com o passar dos anos toda uma dinâmica de redes de relações constituíram a vizinhança, os trabalhos, os cotidianos dos moradores da IGM; assim como o território que ocupam, ilhados, também configurou determinadas condições as quais uma identidade espacial, uma cartografia desses sujeitos se configurou, ajeitando-se a dinâmica da circunscrição da “cidade de Porto Alegre”.

Mas a ponte acaba por constituir-se como um mecanismo linguístico de inserção, ou melhor, inscrição dessas pessoas em diversos procedimentos políticos de gestão da vida. Os habitantes da ilha em sua grande parte não possuíam metragem de suas casas, documentos de registro da posse do terreno, luz e água registrados junto aos órgãos municipais responsáveis; não tinham seu IPTU cobrado nem muito menos dependiam de avaliações de engenheiros e arquitetos para que pudessem erguer suas casas. Ou seja, existiam em uma dimensão de uma *cidade informal* (MARICATO, 2000).

Lefebvre já nos trazia a dimensão da cidade como obra e com isso sua dimensão semiológica de local de disputas de significados. As ontologias que percorrem as estruturas da cidade, seus espaços e fluxos constituem toda uma gramática de ritmos de comunicação que configuram a vida social que reside sobre os territórios da urbe. Se empreender sobre as estruturas e planejamentos formais é tecer sobre o tecido da cidade, isso constitui também mecanismos de uma biopolítica dos espaços que habita o social e os interesses dos gestores em tergiversar através da forma de uma *teodiceia* (HERZFELD, 2016), ao que cito um resgate da ideia de Max Weber empreendido por Michael Herzfeld. A ideia de que um princípio moral ou divino (ou racional) possa transcender a contingência do espaço e tempo, em uma *viagem a-histórica*.

Através da inscrição desses habitantes da ilha em cadastros empreendidos pelo DNIT, não é apenas a sua identificação transformada em códigos, nem tampouco uma série restrita de opções que possuem como forma de contrapartida a sua saída compulsória. A vida cotidiana dessas pessoas se vê mudada, pois existem implicações restritivas no manuseio de suas casas, impedidas de reformarem ou aumentarem suas moradias, submetidas a regimes de vigilância e fiscalização o que dão uma dimensão de ilegalidade do que é permitido do que não. Além disso, a obra vem constantemente sendo embargada, e retomada, devido a questões políticas de gestão e de orçamento da União. Mas nesses percalços que postergam a conclusão da obra, pouco se viu de andamento de outro elemento que compõem os projetos: os conjuntos habitacionais que abrigarão as famílias que optarem por permanecer no território da ilha.

O que se gera a partir dessa gestão do tempo é uma forma de ao mesmo momento em que a burocracia de autorizações - como a permissão dos técnicos da FEPAM para que se possa dar seguimento aos conjuntos habitacionais - as enchentes anuais continuam a ocorrer entre os meses de setembro e outubro deteriorando o material das casas, predominantemente de madeira, bem como aumentando o risco de incidência de doenças advindas da ausência de saneamento básico no local. Vidas acabam por ter sua temporalidade manejada conforme um sistema burocrático de procedimentos que devem ocorrer em sucessão para que assim, obtenham uma determinada direção do rumo pós-impacto.

Contudo é nessa fricção entre dois territórios - o do poder público e o da população ilhota - que se conduz uma produção imaginária e de conformação de identidade e estereótipos (HERFELD, 2016). Pois assim como a ausência de transparência dos procedimentos burocráticos de inscrição que os residentes da ilha são submetidos, também o que se comenta entre os moradores é exatamente que pouco se sabe sobre o “real” destino da ponte; algo não se sustenta na pretensa organização do poder público e seu aparato burocrático em que o papel dos estudos e laudos técnicos, projetos e projeções do traçado da ponte acabam por não demonstrar uma eficácia pragmática no cotidiano. Pois o que se sabe é que DNIT, Ministério das Cidades, FEPAM e mais inúmeros órgãos e empresas envolvidas nesse empreendimento tendem a sustentar sua estrutura ritualística de tramitações

de ofícios, laudos, autorizações e quaisquer outros documentos que simbolicamente atuam ao mundo exterior aos escritórios, como uma forma sistemática que “expia” responsabilidade, mas sustenta o poder. Dessa forma, o Estado vai “desincorporando-se” à medida que divide burocraticamente as responsabilidades, ao mesmo tempo, que não constitui nenhum “corpo responsável” em que possa recair de fato algum erro ou algum certo movimento de evidenciar um culpado.

Vemos, pois, que, historicamente, o arcabouço burocrático das modernas ideologias estado-nacionais repousam sobre estruturas conceituais de autoexoneração muito similares às utilizadas por cidadãos comuns. É obviamente vantajoso ao Estado negar essa embaraçosa derivação comum, assim como insistir na separação conceitual entre o racional e o simbólico – que equivale exatamente ao mesmo tipo de defesa.(HERFELD, 2016, p.147)

Esse é o advento da técnica discursiva que o estado moderno proporciona ao que estão no poder: uma vez que não existe mais O soberano, deixam de existir o núcleo da corte, dos quais os rostos são conhecidos assim como a particularidade dos desejos desse(s) sujeitos. Assim, o Estado-nação moderno constituiu uma nova técnica de governar, sem corpo nem rosto, mas sob os corpos e através das leis; uma cosmologia do racional, dos rituais da burocracia e que teria em si a justificativa, pois se constitui pelo “conhecimento”. (HERFELD 2016, p.147; FOUCAULT, 1978)

Cada vez mais a distância entre gestores e moradores da ilha tem se tornado o fator de intensificação da própria constituição de um imaginário de identidades dentro e fora da ilha. Há os que acreditam que a ponte não irá ficar pronta, os que acreditam o contrário; a quem diga que não irá sair de sua casa, outros que acreditam que sairão e, até os que já saíram tendo vendido sua moradia. O que permanece é que muito se fala sobre a ponte e pouco se tem de informações confiáveis e que provocaram uma desconfiança até entre os próprios moradores.

*As vezes ele que manda arrumar os postes, sabe? As vezes ele que vem com esse negócio quando tem votação ele parece ser o diretor de tudo sabe. Toca em assunto de casa, do DNIT, ele se mete porque ele sabe, ele quer discutir com as pessoas o que ele sabe. Ele não quer escutar as pessoas e as pessoas estão erradas! Em direção o que as pessoas falar para ele. E dai a gente, ele é uma pessoa que tu disse, o que que ele quer na reunião do DNIT? Se ele mora do lado da minha casa e ele não vai sair. Porque que ele esta ali se metendo numa coisa que ele não tem que nada a ver ou em outras*

*coisas que ele ta por atrás, atrás disso tudo e ninguém sabe. Ele é uma pessoa que se mete demais, se ele vir aqui ele não fala coisa que tu jamais esperaria que ele ia falar. Ai que nem tem um poste, ali na nossa rua tem dois postes apagados, um na frente do meu pátio e um mais a frente de um beco. (Amanda, 2017)*

*...Tem bastante conhecimento de recurso e de como ir na prefeitura, e de como conseguir esse auxílio, mas ele não é assistente da comunidade. (Keise, 2017)*

Esse clima de “suspense” provoca uma nova dinâmica no cotidiano dessas pessoas e parece, de certa forma, perpetuado devido a inatingibilidade do poder público que detém as “rédeas” da obra. A iminência da chegada das máquinas a ilha causa transtornos, aflição, medo; além de ser visível que a ponte toma proporções, diferente das áreas destinadas à transposição da escola, posto de saúde e dos futuros conjuntos habitacionais que ainda não recebeu a autorização ambiental devida. Contudo, esses atrasos não se constituem apenas por percalços pois, de certa forma, parece existir um fundamento *biopolítico* de atuação na forma como as decisões, autorizações, remessas e negociações se desenrolam dentro dos gabinetes “oficiais”. E ao exterior pode-se apenas contentar em obter retalhos de esclarecimentos que eventuais reuniões possam vir a esclarecer. Acabei ao longo de meu percurso podendo averiguar que nas últimas reuniões ocorridas neste ano em que a pauta era a nova ponte, a ausência do DNIT foi expressiva em várias delas, sendo uma destas reuniões a que envolveu a presença dos moradores da IGM.

De certa maneira a obra se faz um futuro acontecimento que se constitui como inescapável para diversos moradores, e é a maneira como a obra se desenrola que preocupa essas pessoas. A gerência sobre a vida na ilha se fez, aos olhos do Estado, como uma prática homogeneizadora daquela área, partindo-se como algo “uno” a todo território restante da região de Porto Alegre e arredores. Ao existir o interesse econômico de um “todo” (*Povo*) essa vontade, invariavelmente, passa a ser de todos (*povo*). Essa ideia do jogo semântico da palavra “povo”, emprestada de Giorgio Agamben, é o que o autor procura demonstrar em uma cisão paradoxal dentro da práxis do Estado-nação moderno. Ao passo que o Estado procura promover a ideia de unidade para toda sociedade, deve promover a cisão política de quem são os governados e quem governa – *Povo* é existência política e, *povo*, vida nua (AGAMBEN 2015, p.37). Exclusão e inclusão se tornam a semântica

da linguística biopolítica do poder estatal, em que para que o poder possa existir sobre o *outro* é necessário que esteja incutido a ideia de uno, contudo, a cisão é necessária para que o poder possa ser agenciado de forma que a “língua” seja entendida por todos, mas apenas alguns a dominem.

Mas isso significa , também , que a constituição da espécie humana num corpo político passa por uma cisão fundamental e que, no conceito de *povo*, podemos reconhecer sem dificuldade os pares categoriais que vimos definir a estrutura política original: vida nua (*povo*) e existência política (*Povo*), exclusão e inclusão, *zoé* e *bios*. *Ou seja, o povo já traz sempre em si a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído.* (AGAMBEN, 2015, p.37)

De uma hora para outra uma ponte faz a “ligação” que dispara a intensificação de procedimentos que movimentados para que determinado território referente a determinado conjunto de pessoas passe a *existir* em outro registro da vida, se incide sobre a *vida nua* (AGAMBEN, 2015), e inscrevem-se nela identidades que de alguma maneira codifiquem e conversem, muitas vezes sem comunicar nada, com os sujeitos que são interpelados pelo empreendimento em questão. O caso de remoção que está para acontecer na IGM se junta a tantos outros episódios de remoções devido a grandes obras, assim como se assemelha a tradicionais políticas habitacionais e de planejamento urbano que ocorreram em Porto Alegre.

Transcrever a vida em procedimentos que detém sua própria temporalidade, da burocracia, é uma prática do Estado. Como o autor Gustavo Lins Ribeiro comenta, O “desenvolvimento” opera de maneira classificatória que estabelecem taxonomias de povos, sociedades e regiões (RIBEIRO, 2008, p.118). Nessa circunscrição de pessoas em procedimentos burocráticos de identificação e categorias, bem como na produção de um imaginário de burocracia e poder público através dos quais os estereótipos formulados nessas relações acabam por conformar A burocracia (HERZFELD, 2015) é onde a indiferença se fez prevalecer como discurso, e onde o poder atua sem ter um rosto. Alguns mecanismos burocráticos se fazem de setores desnecessários e de excessiva demanda de comprovações documentais, mas um dos alicerces de sustentação dessa sistemática de poder é que há um saber disciplinar envolvido, bem como sujeitos por trás das siglas e dos balcões, assim como, o interesse em que os procedimentos e

estereótipos do enredo burocrático se perpetuem pelos agentes e usuários. Uma configuração quase teológica: *teodicéia*. Nisso reside o fato de que nossas vidas também partilham seu tempo com o tempo das normas, ordens e rituais que partilhamos, voluntária ou involuntariamente; o seu tempo é absorvido no espaço do burocrata (HERZFELD, 2015, p.160).

De alguma forma todos estes procedimentos - cadastramento, escolha da contrapartida que deseja receber, responder a questionários em que se deve “identificar-se” por meio de um rol de perguntas que gerarão “insumos” a engrenagem burocrática - são uma forma de dádiva (HERZFELD, 2015), não por completo e talvez de maneira subvertida. Mas o que se constitui como um fluxo na burocracia é essa *substancialização* do outro em submeter-se através do rito, do prestar contas, do apresentar os documentos ou responder as perguntas para ter sua casa cadastrada, “fazer parte”, ser incluso para assim ser contemplado. Caso contrário, não haverá direitos? O que está em jogo é a substância passível de inserir-se na dinâmica das relações políticas sob a égide do Estado, a biopolítica em sua discursividade.

## Conclusão

Tratar sobre conflitos urbanos e seus meandros, histórias, relatos e atores sempre é uma complexa rede de trajetos a percorrer e sentimentos a se sentir. Também é um empreendimento difícil investir sua atenção para tudo que o mundo lhe provoca, instiga, e o que fazer com isso - como reaprendermos a criatividade de percorrer o *labirinto* (INGOLD, 2015). Algo que nos instiga reluz na confusão do cotidiano e buscamos uma forma de interpretar, entender, nunca sozinhos nem tampouco encerrados nos livros.

Mobilizar uma interpretação acerca desse episódio do “enredo” o conflituoso diante das futuras remoções em consequência ao empreendimento de uma nova ponte do Guaíba foi realizar um recorte bem específico temporalmente localizado deste acontecimento que não fechou seu ciclo: a ponte não está acabada, as famílias ainda não foram realocadas, tampouco os conjuntos habitacionais destinadas a elas estão em estágio de construção. Fato é que minha trajetória me colocou em um estágio no qual tive como de minhas áreas de atuação a de estudar e dialogar com as demandas desses moradores da IGM os quais são muitos e de perspectivas das mais diversas em relação a esta ponte tanto como os órgãos responsáveis por ela.

Foram meus interlocutores, bem como colegas de trabalho e demais pessoas com que pude dialogar que consistiram em *lugares* em que pude aportar e sentir-me firme para poder consistir minha escrita sobre este tema. O que quero dizer é que essa presença do discurso do *desenvolvimento* afeta a todos nós, mas uns mais que os outros, e a nova ponte do Guaíba se “desenha” mais do que um simples empreendimento semiológico o qual trás uma *discursividade* implícita de indiferença e tecnocracia. De fato a implicação corpórea e psicológica (sem fazer uma cisão entre os campos) é algo que definirá a vida de muitos que ali residem de maneira abrupta, como uma cicatriz na história daquela ilha – história de vidas que a habitaram. E assim como a implicação desse evento é de maneira reflexiva, algo de simples compreensão: pessoas serão compulsoriamente deslocadas de suas moradias, após anos residindo nelas, e ainda não sabem ao certo para onde vão; e se fizermos um empreendimento *arqueológico* dos discursos, documentos, gestores

dos quais fizeram parte de outras tantas grandes obras urbanísticas, em prol de uma ideia de cidade, veremos que não é mero acaso que certos grupos, de certas classes, com sua determinada trajetória de bairro e ocupação de espaço, ocasionalmente se encontram nos espaços de súbito interesse do governo e mercado imobiliário.

O que busquei com esta pesquisa foi trazer um recorte desse episódio, e propus com que em minha escrita estivesse presente meu percurso junto a todo esse campo de forças e disputas que está em plena latência nesse momento. As notícias são inúmeras, mês após mês, em que não se sabe qual será o destino nem quando a ponte ficara pronta. Na mídia pouco se fala dos moradores impactados. Sendo assim, devido a posição de meu trabalho junto a DPU e conjugando meu interesse nas questões “da cidade” decidi procurar entender, junto aos moradores e demais atores envolvidos, como os meandros da relação dos diversos mundos se faz quando sua moradia é tida como obstáculo a uma ponte. De fato, nem todas pontes unem.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim: notas sobre a política**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANCOP. Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil. 2014. Edição digital. Disponível em: [apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf](http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf)

ARAÚJO, Pedro Xavier de; CAMPOS, Heleniza Ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Governança metropolitana frente aos desafios da implementação do estatuto da metrópole: uma reflexão a partir da região metropolitana de Porto Alegre (RS)**. In: COSTA, Marco Aurélio; MARX, Vanessa (org). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à habitat III. 1 ed. Editora/ Universidade UFRGS.2016. p.17-42. Porto Alegre.

CLASTRES. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CÔRREA, Gilson César Piantá; FEDOZZI, Luciano Joel Fedozzi; LIMA, Priscila Gualberto de. **Participação social e habitação popular: paradoxos e dilemas da participação institucionalizada**. In: COSTA, Marco Aurélio; MARX, Vanessa (org). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à habitat III. 1 ed. Editora/ Universidade UFRGS, 2016. p.43-73. Porto Alegre.

DELEUZE, Gilles. **Introdução: Rizoma**. In: Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 11-37.

DNIT. **Tomo I –Prévia interlocução com as entidades públicas e identificação e mobilização das comunidades atingidas**. In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.

DNIT. **Tomo II – Cadastramento socioeconômico**. In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.

DNIT. **Tomo III – Programas de compra assistida e abrigamento provisório.** In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.

DNIT. **Tomo IV – Prospecção de áreas para reassentamento.** In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Aulas de 7, 14, 21 e 28 de janeiro de 1976.** In: Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 3 – 98.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental.** 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

INGOLD, Tim. **O Dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção.** In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n.44, 2015. p. 21-36.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole.** In: Revista Tempo Social – USP. São Paulo: Editora USP, 2003. p. 81-96.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias.** In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MÜLLICH, Ecléa Pérsigo Moraes. **Ocupação urbana em áreas de proteção ambiental: o caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/ RS.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, rede e ideologia no campo do desenvolvimento.** In: CEBRAP. Novos Estudos, edição 80, volume 27, n.1. 2008. p. 109-125.

SANTOS, Milton. **A urbanização pretérita**. In: A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 17-28.

SANTOS, Milton. **O meio técnico-científico**. In: A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 35-48.

SANTOS, Milton. **A nova urbanização: diversificação e complexidade**. In: A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 49-56.

SANTOS, Milton. **A diversidade regional**. In: : A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 57-64.

STRATHERN, Marilyn. **Cortando a rede**. In: O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 295-319.

STRATHERN, Marilyn. **Os limites da autoantropologia**. In: O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 133-157.

VELHO, Gilberto. **Conclusões de A utopia urbana**. In: CASTRO, Celso; KUSCHNIR, Karina; VIANNA, Hermano. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 29-35.

VELHO, Gilberto. **O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social**. In: CASTRO, Celso; KUSCHNIR, Karina; VIANNA, Hermano. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 36-51.

VELHO, Gilberto. **Acusações: projeto familiar e comportamento desviante**. In: CASTRO, Celso; KUSCHNIR, Karina; VIANNA, Hermano. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 52-61.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1985.

WOBETO, Débora. **A gente quase acostuma: estudo etnofotográfico sobre as trajetórias transitórias em uma remoção urbana.** Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciências Sociais, UFRGS, 2014.